



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>
(79) 3209-8694_selic@tre-se.jus.br

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**PREGÃO ELETRÔNICO 16/2023****PROCESSO SEI 0014680-41.2023.6.25.8000****ATENÇÃO**

Em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nºs [754/2015](#) e [2.146/2022](#) - Plenário), **alerta-se** para que a(o)s licitantes analisem detalhadamente o Edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, fraudar a licitação, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, dentre outras condutas previstas na Lei nº 14.133/2021, sujeitará a(o) licitante às sanções administrativas (penalidades) cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE/SE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica à(ao)s interessada(o)s que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, dirigida por sua(eu) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Equipe de Apoio, designada(o)s pela Portaria TRE/SE 318/2023, e regida pela Lei 14.133/2021, pela Lei 13.709/2018, pela Lei Complementar 123/2006, pelos Decretos 8.538/2015, 92.100/1985, 7.983/2013 e 11.246/2022, pela Resolução CNJ 114/2010, pela Resolução TRE/SE 120/2015, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NA SEDE DO TRE/SE, EM ARACAJU/SE, E EM ZONAS ELEITORAIS DO INTERIOR DO ESTADO**.

Este Pregão Eletrônico será julgado pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União, à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - PTRES: 167686, Grupo de Natureza de Despesa - Outras Despesas Correntes.

LICITAÇÃO DESTINADA À AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORA(E)S (Lei Complementar 123/2006)

VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 785.066,74.

DATA SESSÃO PÚBLICA: Dia 14/09/2023.

HORÁRIO: 9h (horário de Brasília/DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://www.gov.br/compras> (Portal Compras.gov.br).

CÓDIGO UASG: 070012.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias, a contar da ordem de serviço.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 210 (duzentos e dez) dias, a contar da assinatura do contrato.

DATA-LIMITE PARA ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO: Dia 11/09/2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Esta licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada do ramo da construção civil para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE, em Aracaju, e em Zonas Eleitorais do interior do estado, conforme previsto no [Plano de Contratações Anual](#) (2023).

1.2 A licitação será realizada em item único.

1.3 Os serviços serão prestados em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES)

2.1 Do Credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf)

2.1.1 Para participar do Pregão Eletrônico, a(o) licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema de Compras do Governo Federal (<http://www.gov.br/compras>).

2.1.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da(o) licitante ou de sua(eu) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.1.2 O uso da senha de acesso ao Portal Compras.gov.br é de inteira e exclusiva responsabilidade da(o) licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por sua(eu) representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros pessoas.

2.1.3 A(o)s licitantes ou sua(eu) representantes legais deverão estar previamente credenciadas(os) junto ao órgão provedor no **prazo mínimo de 3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.1.4 É de responsabilidade da(o) licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos referidos Sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.4.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar exclusão da(o) licitante no momento da habilitação.

2.1.5 Orientações a respeito do acesso ao Portal Compras.gov.br e demais procedimentos detalhando sua operacionalização estão disponíveis no *Manual Operacional do Pregão Eletrônico - Visão Fornecedor* (<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/>).

2.2 Das Declarações

2.2.1 No ato de registro da proposta, a(o) licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, referente a declarações firmadas nos seguintes termos:

a) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

c) Atendo aos requisitos de habilitação previstos no Instrumento Convocatório.

d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a eventual superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante.

e) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

g) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

h) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

i) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

j) Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e que cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apta(o) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar (no caso de licitante enquadrada(o) como microempresa ou empresa de pequeno porte que deseje usufruir da preferência estabelecida nos aludidos regimentos).

2.2.2 Em havendo outras declarações a serem prestadas, disponibilizadas pelo Sistema Comprasnet, estas também deverão ser preenchidas/assinaladas.

2.2.3 Caso a(o) fornecedora(fornecedor) não formalize as declarações, poderá ser impedida(o) de enviar a proposta ou ser inabilitada(o), conforme aviso emitido pelo sistema.

2.2.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a(o) licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.2.4.1 A falsa declaração relativa ao enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) pode configurar fraude à licitação e sujeitar a(o) licitante, AINDA QUE NÃO LOGRE PROVEITO, à declaração de inidoneidade para participar de certames da Administração Pública Federal ou daqueles em que haja utilização de recursos federais ([Acórdão 2294/2022 - TCU - Plenário](#)).

2.3 Da Verificação de Existência de Sanção Administrativa (Penalidade) que Impeça a Participação no Certame ou a Futura Contratação

2.3.1 A verificação de eventual existência de sanção impeditiva será realizada pela(o) Pregoeiro(a) logo após o encerramento da etapa competitiva (fase de lances), **de acordo com a ordem de classificação da(o)s licitante(s)**, por meio de consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf).

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:10614424770367::NO:3,4,6::>).

2.3.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” do item **2.3.1** pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

2.3.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de sua(eu) sócia(o) majoritária(o), por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas à(o) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia(o) majoritária(o).

2.3.2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor (Sicaf) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

2.3.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

2.3.4 A(o) licitante será convocada(o) para manifestação previamente à sua eventual desclassificação.

2.4 Não poderão participar deste certame:

2.4.1 Aquela(e) que não atenda às condições deste Edital e de seu(s) anexo(s).

2.4.2 Autora(Autor) do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.4.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual a(o) autora/autor do projeto seja dirigente, gerente, controladora/controlador, acionista ou detentora(detentor) de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnica(o) ou subcontratada(o), quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele necessários.

2.4.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.4.4.1 O impedimento de que trata o item **2.4.4** será também aplicado à(ao) licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da(o) licitante.

2.4.5 Aquela(e) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheira(o) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.4.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.

2.4.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.8 Agente público do órgão ou entidade licitante.

2.4.8.1 A vedação de que trata o item **2.4.8** estende-se a terceira pessoa que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializada(o), funcionária(o) ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.4.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.4.10 Direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.4.11 Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

2.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, a(o) autora/autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.4.2** e **2.4.3**, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6 Equiparam-se à(ao)s autora(e)s do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7 O disposto nos itens **2.4.2** e **2.4.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da(o) Contratada(o) a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea, **nos termos da Lei nº 14.133/2021**.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA

3.1 Caso julgue necessário para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a(o) licitante **PODERÁ** realizar vistoria/visita técnica na/à sede do TRE/SE e no/ao Fórum de Itaporanga d'Ajuda, franqueada para os demais locais da prestação do serviço, acompanhada(o) por servidora(servidor) designada(o) para esse fim, **de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, mediante agendamento prévio na Seção de Obras e Serviços de Engenharia (SEENG) ou por meio do telefone (79) 3209-8645/8872 ou ainda pelo e-mail seeng@tre-se.jus.br** e registro escrito de sua realização, a fim de dirimir dúvidas e obter informações adicionais que entender necessárias à sua execução.

3.2 Para a visita/vistoria, a(o) licitante, ou o sua(eu) representante legal, deverá estar devidamente identificada(o) e habilitada(o), mediante a apresentação de documento de identidade civil e de documento expedido pela empresa e assinado por sua(eu) responsável.

3.3 O prazo para visita/vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública ([Acórdão TCU 906/2012 - Plenário](#)).

3.4 A visita/vistoria deverá ocorrer individualmente com cada uma(um) da(o)s licitantes, em data e horário previamente estabelecidos, inviabilizando conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.

3.5 A não realização da visita/vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação do serviço, devendo a(o) licitante vencedora(vencedor) assumir o ônus dos serviços decorrentes ([Acórdão TCU 110/2012 - Plenário](#)).

CLÁUSULA QUARTA DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

4.1 A(o)s licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico** (<http://www.gov.br/compras>), a proposta com o preço, a partir de **28 DE AGOSTO DE 2023**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até **14 DE SETEMBRO DE 2023**, antes da abertura da sessão pública.

4.1.1 Até a abertura da sessão pública, a(o)s licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

4.1.1.1 A(o)s licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos, especificações e planilhas fornecidos, quando for o caso, para execução do serviço, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões a Normas Técnicas ou regulamentos, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento, no **prazo de até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

4.1.2 O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** contado de sua recepção, contando-se para esse fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.1.3 A(o)s licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do Sicaf, assegurado à(ao)s demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

4.1.3.1 É dever da(o) licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

4.1.3.1.1 O descumprimento dessa obrigação implicará a inabilitação da(o) licitante, exceto nas seguintes hipóteses:

4.1.3.1.1.1 Art. 64 da Lei 14.133/2021.

4.1.3.1.1.2 Desatendimento à previsão do item 16.1 deste Instrumento.

4.1.3.1.1.3 Se a consulta feita pela(o) Pregoeiro(a) aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

4.1.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, da LC nº 123/2006.

4.1.4.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (Decreto 8.538/2015, art. 4º, § 2º, inciso I)**, prorrogável por igual período, a critério da(o) Pregoeiro(a), para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.1.4.1.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento, sendo facultado à(ao) Pregoeiro(a) convocar a(o)s licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

4.2 A proposta deverá contemplar/observar:

4.2.1 **Preços, em moeda corrente nacional**, observando-se as especificações indicadas nos Anexos a este Instrumento e inclusive os encargos ou as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

4.2.1.1 A elaboração da proposta estará condicionada ao preenchimento da Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, conforme modelo disponibilizado à(ao) licitante.

4.2.2 Especificações do objeto e prazos conforme previsto neste Edital e nos anexos que o integram.

4.2.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante dos anexos a este Instrumento.

4.2.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

4.2.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

4.3 A ordem de classificação entre as propostas apresentadas somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e de julgamento da proposta.

4.4 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da(o) licitante melhor classificada(o) somente serão disponibilizados para avaliação da(o) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.5 A(o) licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiras pessoas.

4.5.1 Será responsável, ainda, pelo acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, suportando o ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

CLÁUSULA QUINTA

DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)

5.1 A(o) Pregoeiro(a), via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas.

5.1.1 A(o) Pregoeiro(a) procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto/serviço, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.

5.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos do item.

5.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, a(o) licitante poderá encaminhá-los **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada(o) de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.2.1 O modo de disputa será aberto e os lances serão ofertados pelo valor total do item.

5.2.2 A(o) licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

5.2.3 A(o) licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela(e) ofertado e registrado pelo sistema eletrônico, **observado o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.2.4 Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.

5.2.5 A(o) Pregoeiro(a) ou a Comissão de Contratação, quando a(o) substituir, poderá, durante a disputa, **como medida excepcional**, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, **mediante comunicação eletrônica automática via sistema**.

5.3 Durante a sessão pública, a(o)s licitantes serão informada(o)s, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da(o) respectiva(o) proponente.

5.4 A etapa de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado **nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração desta etapa.

5.4.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.4.2 Não havendo novos lances, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

5.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico, poderá a(o) Pregoeira(o) [ou a Comissão de Contratação, quando a(o) substituir], assessorada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, notadamente se a diferença entre a melhor proposta (lance) e aquela classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento).

5.6 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, inclusive na hipótese de não haver o envio de lances após o início da etapa competitiva.

CLÁUSULA SEXTA

DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME / EPP)

6.1 Será adotado o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e no decreto 8.538/2015, conforme detalhado nesta Cláusula.

6.1.1 A obtenção de benefícios a que se refere esta Cláusula fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, **no ano-calendário de realização da licitação**, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir da(o) licitante declaração de observância desse limite na licitação.

6.1.2 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, **se esta for empresa de maior porte**, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.1.2.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.1.2.2 A melhor classificada nos termos do item **6.1.2.1** terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.1.2.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocada(o)s a(o)s demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item **6.1.2.2**.

6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a(o) vencedora (vencedor) para o encaminhamento da oferta final do desempate.

6.3 A(o) licitante convocada(o) que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, terá precluso o direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.4 Na hipótese de não incidência da preferência prevista nesta Cláusula, o procedimento licitatório prossegue com a(o)s demais licitantes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA NEGOCIAÇÃO

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a(o) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à(ao) licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital ([Acórdão TCU 2.622/2021](#)-Plenário).

7.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pela(o)s demais licitantes.

CLÁUSULA OITAVA

DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)

8.1 A(o) licitante melhor classificada(o) deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma da **Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários** constante como Anexo a este Instrumento, em arquivo único, no **prazo de até 2 (duas) horas** contado da convocação efetuada pela(o) Pregoeiro(a) por meio da opção "Enviar Anexo" no Portal Compras.gov.br.

8.1.1 A **Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários** deverá detalhar cada item de serviço contemplado no cronograma físico-financeiro, com valores unitários e respectivas totalizações, **sendo vedada** a inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na composições de preços unitários, bem como a indicação de item/serviço como **VERBA** ([Súmula TCU 254](#)).

8.2 O(s) seguinte(s) documento(s) deverão ser apresentados, conjuntamente e em prazo comum, com a proposta adequada ao último lance (**Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários**):

8.2.1 **Cronograma físico-financeiro**, em etapas mensais compatíveis com o prazo de **120 (cento e vinte) dias** fixado para execução contratual, detalhado com prazos de início e término de cada uma das atividades necessárias à execução dos serviços correspondentes a cada etapa, os percentuais previstos acumulados, os custos totais previstos de cada etapa e acumulados e o custo total geral, compreendendo todas as despesas com a execução do objeto pactuado, exclusivamente na expressão monetária vigente no País, em algarismos e por extenso, nos moldes do correspondente anexo deste Edital.

8.2.2 **Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais, Planilha de Composição dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI e Planilha de Composições de Preços Unitários**, nos moldes dos correspondentes anexos deste Edital.

8.2.3 **Planilha de Composições de Preços Unitários do Empreendimento**, na forma do respectivo Anexo deste Edital, indicando, separadamente, os valores de materiais, mão de obra, encargos sociais, ferramentas e equipamentos, **não sendo permitida** a indicação apenas de percentuais para material e mão de obra, devendo também indicar o percentual do BDI, com detalhamento de todos os seus componentes, inclusive em percentual.

8.3 A Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, a Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais e a Planilha de Detalhamento de Benefícios e Despesas Indiretas -BDI são referenciais, devendo o valor global apresentado contemplar a execução integral dos serviços, de modo que quaisquer diferenças apuradas pela(o) licitante não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE/SE, **ressalvado o disposto no art. 13, II, do Decreto 7.983/2013**, em que a(o) Contratada(o) obriga-se a aceitar eventual adequação do projeto, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, **10% (dez por cento)** do valor total do contratação.

8.3.1 O mencionado percentual integrará o limite estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

8.4 Na hipótese de as Planilhas serem apresentadas com incorreções, a Pregoeiro(a) poderá conceder prazo à(ao) licitante, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa acolhida pela(o) Pregoeiro(a), para que proceda aos devidos ajustes.

8.5 Os erros de soma e/ou multiplicação e as divergências que porventura ocorram entre valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços e o(s) respectivo(s) valor(es) total(is) poderão ser corrigidos pela(o) Pregoeiro(a), prevalecendo o(s) valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços

apresentado(s).

8.6 Será desclassificada(o) a(o) licitante que não corrigir a proposta, não demonstrar a correspondência ou não justificar eventuais falhas apontadas pela(o) Pregoeiro(a):

8.6.1 Não será aceita a proposta que:

8.6.1.1 Contiver vícios insanáveis.

8.6.1.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital.

8.6.1.3 Registrar preço acima do orçamento estimado para a contratação (valor de referência).

8.6.1.4 Apresentar preço(s) unitário(s) superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do **Termo de Referência (item 1.1.2)** e da **Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários**.

8.6.1.5 Possuir preço(s) de etapas superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do **Cronograma físico-financeiro**.

8.6.1.6 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.

8.6.1.6.1 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração.

8.6.1.6.1.1 O critério definido no item **8.6.1.6.1** conduz à presunção relativa de inexequibilidade de preços, motivo pelo qual a(o) Pregoeiro(a), ao analisar a proposta apresentada, poderá facultar à(o) licitante a oportunidade de demonstrar a respectiva exequibilidade ([Súmula TCU 262](#)).

8.7 A(o) licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada(o) e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento.

8.8 Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou de a(o) licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

CLÁUSULA NONA DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

9.1 Para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021](#), serão exigidos da(o) licitante provisoriamente vencedora(vencedor) a documentação necessária e suficiente para demonstrar sua capacidade para executar o objeto do certame, a qual deve ser apresentada **exclusivamente por meio do sistema eletrônico** (<http://www.gov.br/compras>).

9.2 Para as **habilitações fiscal, social e trabalhista**, serão exigidos:

9.2.1 Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.2.2 Inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da(o) licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.2.3 Regularidade perante a Fazenda federal e a Fazenda municipal do domicílio ou sede da(o) licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.4 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.2.5 Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

9.2.6 O cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

9.3 Para fins de **habilitação econômico-financeira**, serão exigidos:

9.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante.

9.3.2 Comprovante de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura do processo licitatório.

9.3.2.1 No caso de empresa criada no exercício financeiro da licitação, será autorizado substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.3.2.2 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.3.2.3 Tratando-se de certame com previsão de mais de 1 (um) item, na hipótese de a(o) licitante vencer 2 (dois) ou mais deles, o percentual deverá incidir sobre a soma dos itens correspondentes [10% de (V1 + V2 + V3...)].

9.4 Para fins de **habilitação técnico-operacional**, serão exigidos:

9.4.1 Atestado(s) de capacidade técnica devidamente registrado(s) no CREA e/ou no CAU, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome de profissional reconhecida(o) pelo mencionado Conselho; ou de certidão(ões) de acervo técnico – CAT('S), igualmente emitida(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, devendo constar, em quaisquer dos documentos, os seguintes serviços e quantitativos:

SERVIÇO (PARCELA)	QUANTIDADE
Execução de pintura de paredes ou pintura de teto ou pintura de esquadrias de madeira ou pintura de esquadrias de ferro	6.000,00 m²
Fornecimento e instalação de vidro temperado	18,00 m²

9.4.1.1 Admite-se a soma de atestados.

9.4.1.2 A(o)s profissionais indicada(o)s pela(o) licitante deverá(ão) participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.4.1.3 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) devem conter obrigatoriamente: nome (razão social), CNPJ e endereço completo do Contratante e da(o) Contratada(o), características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone (se houver) e assinatura da(o) responsável por sua emissão.

9.4.1.4 Não serão considerados os atestados/declarações emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a(o) licitante.

9.4.1.4.1 Consideram-se pertencentes ao mesmo grupo empresarial empresas controladas por ou controladoras da empresa proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da proponente.

9.4.1.5 Para comprovação do vínculo da empresa com profissional de nível superior devidamente reconhecida(o) pelo Conselho Profissional, detentora(detentor) do(s) atestado(s) de capacidade técnica e/ou da(s) certidão(ões) de acervo técnico, deve-se apresentar, alternativamente:

9.4.1.5.1 Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a(o) licitante como Contratante.

9.4.1.5.2 Contrato social da(o) licitante em que conste a(o) profissional como sócia(o).

9.4.1.5.3 Contrato de prestação de serviço, em que conste a(o) profissional como responsável técnica(o).

9.4.1.5.4 Declaração de contratação futura da(o) profissional detentora(detentor) do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência desta(e).

9.4.2 Registro junto ao Conselho de Classe Profissional a cuja jurisdição pertençam a(o) licitante e a(o) responsável técnica(o) por ela(e) indicada(o), o que se fará mediante a apresentação de Certidões de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física ou de Relatórios atinentes à empresa e à(o) profissional, emitidos via consulta ao sítio do Conselho Profissional correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA DA ETAPA RECURSAL

10.1 À(o) licitante é possível recorrer no prazo de **3 (três) dias úteis** contado da data de intimação ou de lavratura da ata:

10.1.1 Do julgamento das propostas.

10.1.2 Do ato de habilitação ou inabilitação.

10.1.3 Da anulação ou revogação da licitação.

10.2 Dispondo o recurso sobre o *julgamento das propostas* ou sobre o *ato de habilitação ou inabilitação de licitante*, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2.1 Na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das **razões recursais (3 dias úteis)** será iniciado na data de lavratura da ata de julgamento.

10.2.2 A apresentação do recurso se dará em fase única.

10.3 O recurso deverá ser encaminhado em campo próprio do sistema eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo **de 10 (dez) dias úteis** contados do recebimento dos autos.

10.4 O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

10.5 O recurso somente será acolhido após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte da(o) licitante (Acórdão 339/2010 TCU Plenário).

10.5.1 recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.5.2 Considerando a(o) Pregoeira(o), ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento.

10.6 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.7 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10.8 Será assegurado à(o) licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1 Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e esgotado(s) o(s) recurso(s) administrativo(s) [quando existente(s)], o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

11.1.1 Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11.1.2 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.

11.1.3 Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.

11.1.3.1 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

11.1.4 Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros pessoas, sempre que presente ilegalidade insanável.

11.1.4.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

11.1.4.2 Nos casos de anulação e de revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação da(o)s interessada(o)s.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1 Homologado o resultado deste Pregão Eletrônico, a(o) licitante vencedora(vencedor) será convocada(o) para assinatura do Termo de Contrato, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.1.1 Poderá ser acrescentada ao Termo de Contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela(o) licitante vencedora(vencedor) em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

12.2 O prazo para assinatura do Termo de Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela(o) licitante vencedora(vencedor) durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE/SE.

12.3 Por ocasião da assinatura do Termo de Contrato, será verificado, por meio do Sicaf e de outros meios, se a(o) licitante vencedora(vencedor) mantém as condições de habilitação.

12.4 Quando a(o) licitante convocada(o) não assinar o Termo de Contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada(o) outra(o) licitante para assiná-lo após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

12.4.1 A recusa injustificada da(o) adjudicatária(o) em assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido nesta Cláusula caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a(o) sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente** por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

13.1.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia **será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte**, no TRE/SE, cujo horário de funcionamento é das **7h às 13h**.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no **prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e **vinculará a(o)s participantes e a Administração**.

13.2.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis no Portal Compras.gov.br e no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes-pregoes/pregoes-2023/pregoes-2023>.

13.2.2 A resposta da(o) Pregoeiro(a), quando necessário, será embasada em pronunciamento prévio da Equipe de Planejamento da Contratação.

13.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimento **não possuem efeito suspensivo**, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o) nos autos do processo de licitação.

13.4 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (penalidades em sede de processo licitatório)

14.1 À(o) **licitante** que, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, poderá ser aplicada a penalidade de:

14.1.1 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no Sicaf:

14.1.1.1 Por até 2 (dois) meses, quando deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

14.1.1.2 Por até 4 (quatro) meses:

a) Quando ensejar o retardamento da execução do certame.

a.1) O retardamento na execução do certame referido é qualquer ação ou omissão da(o) licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.

b) Quando não mantiver a proposta.

b.1) A não manutenção da proposta verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido da(o) licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou de falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

14.1.1.3 Por até 12 (doze) meses, quando recusar-se a assinar/receber o respectivo Instrumento Contratual (Nota de Empenho ou Termo de Contrato).

14.1.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:**

14.1.2.1 Quando apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.2.2 Quando fraudar a licitação.

14.1.2.3 Quando se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a licitação.

14.1.2.4 Quando praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.2.5 Quando praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

14.2 Quando a ação ou omissão da(o) licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

14.3 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.4 Para aplicação das sanções previstas, deve ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (duas/dois) ou mais servidora(s) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) licitante para, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.4.1 A intimação da(o) licitante se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento).

14.5 A competência para aplicação da penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

14.6 A competência para a **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** é da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo Pedido de Reconsideração no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contado do seu recebimento.

14.7 A intimação da(o) licitante acerca da decisão de penalidade, inclusive em sede de Recurso e de Pedido de Reconsideração, será efetivada mediante publicação de Aviso no Diário Oficial da União (DOU) e encaminhamento da íntegra da decisão por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento).

14.8 Na hipótese de eventual instauração de processo administrativo sancionatório, a respectiva instrução processual competirá:

14.8.1 À Seção de Licitações (SELIC), nas hipóteses de atos infracionais praticados no curso da licitação.

14.8.2 À Seção de Contratos (SECON), nas hipóteses de atos infracionais praticados após a adjudicação do objeto.

14.9 Infrações verificadas no decorrer da vigência contratual encontram-se disciplinadas no Termo de Referência anexo a este Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO FORO

15.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 É facultada à(ao) licitante a complementação referente a documento ausente, comprobatório de condição atendida quando da apresentação de sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela(o) Pregoeiro(a) em sede de diligência (Acórdãos TCU Plenário [1.211/2021](#) e [966/2022](#)).

16.1.1 O encaminhamento da documentação complementar deve observar o prazo estipulado pela(o) Pregoeiro(a), que será de **no mínimo 2 (duas) horas**, podendo ser prorrogado, desde que acolhida a justificativa da(o) licitante, se não for possível o saneamento por meio de consulta a sítios oficiais disponíveis na *internet*.

16.2 No julgamento das propostas e da habilitação, a(o) Pregoeira(o) e/ou a comissão de licitação, conforme o caso, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em relatório de julgamento (ata) e acessível à(ao)s licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/99.

16.3 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de erros/falhas ou comprovação da veracidade das informações prestadas, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

16.4 Em caso de desconexão da(o) Pregoeiro(a) nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) poderá permanecer acessível à(ao)s licitantes, retornando a(o) Pregoeiro(a) quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

16.4.1 Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada após decorridas, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação do fato à(ao)s participantes no sítio eletrônico utilizado para a divulgação (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

16.5 Poderá a(o) Pregoeiro(a), na hipótese de ato administrativo equivocado, invocar o Poder-Dever pertinente à Administração Pública, para rever, justificadamente, quaisquer atos praticados durante as etapas de julgamento da(s) proposta(s), de habilitação ou recursal da sessão pública do certame.

16.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE/SE, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

16.7 Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

16.8 A sessão pública do certame poderá ocorrer no período das 9h às 18h, em dias de expediente no TRE/SE.

16.8.1 Se a sessão pública, iniciada no período da manhã, se prolongar durante o período vespertino - ou seja, para além das 13 (treze) horas -, poderá haver concessão de intervalo mínimo de 1 (uma) hora, para repouso e alimentação, a critério da(o) Pregoeira(o).

16.8.2 As atividades de suspensão e de reabertura da sessão pública são exclusivas da(o) Pregoeira(o), cabendo à(ao) licitante o acompanhamento dos registros no *chat* do sistema informatizado.

16.9 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, da Gestão/Fiscalização da Contratação, da(s) forma(s) de pagamento, do reajustamento de preço, da garantia à execução da contratação e das penalidades em sede de execução contratual constam do Termo de Referência e/ou da Minuta de Termo de Contrato, que integram o rol de anexos deste Instrumento.

16.10 Informações sobre o Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694/8717, durante o horário de expediente, ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

16.11 Integram este Edital os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I – Termo de Referência.

16.11.2 Anexo II – Especificações.

16.11.3 Anexo III – Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários (Planilha de Venda sem desoneração - formatos pdf; excel e orse).

16.11.4 Anexo IV - Cronograma Físico Financeiro.

16.11.5 Anexo V - Planilha de Detalhamento de Encargos Sociais.

16.11.6 Anexo VI - Planilha de Detalhamento dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

16.11.7 Anexo VII - Cronograma de Desembolso.

16.11.8 Anexo VIII - Planilha de Composições de Preços Unitários.

16.11.9 Anexo IX - Projetos (São Cristóvão; Canindé de São Francisco; Estância e Laranjeiras):

16.11.9.1 Anexo IX-a: São Cristóvão.

16.11.9.2 Anexo IX-b: Canindé de São Francisco.

16.11.9.3 Anexo IX-c: Estância.

16.11.9.4 Anexo IX-d: Laranjeiras.

16.11.10 Anexo X: Minuta de Contrato.

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

I - DADOS DO PROCESSO	
Número:	0009214-66.2023.6.25.8000
Objeto:	Contratação de empresa especializada do ramo da construção civil para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE, em Aracaju, e em Zonas Eleitorais do interior do estado
Unidade Solicitante:	SEENG.
Unidade(s) Demandante(s):	SEENG.
Equipe de Planejamento da Contratação:	
Integrante Demandante:	Maria Alejandra Perez de Machado (COSER) ou substituta(o) designada(o).
Integrante Técnico:	Marcos Vinicius Santos Muniz Prado (SEENG) ou substituta(o) designada(o).
Integrante Administrativo:	Ricardo Loeser de Carvalho Filho (ASPLAN-SAO) ou substituta(o) designada(o).
Estudos Técnicos Preliminares	https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2023/pregoes-2023

II - SUMÁRIO DO TERMO DE REFERÊNCIA	Lei 14.133/2021
1. OBJETO 1.1.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO 1.1.2 TABELA DESCRITIVA DAS LOCALIDADES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO	Art. 6º, XXIII, a
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO 2.1 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO 2.2 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO	Art. 6º, XXIII, b
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO 3.1 DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO 3.2 QUANTIDADE A SER CONTRATADA	Art. 6º, XXIII, c
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO 4.1 SUSTENTABILIDADE 4.2 SUBCONTRATAÇÃO 4.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO 4.4 TRANSIÇÃO CONTRATUAL 4.5 VISTORIA PRÉVIA 4.6 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS 4.7 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	Art. 6º, XXIII, d
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO 5.1 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES 5.2 CRITÉRIOS A SEREM OBEDECIDOS 5.3 DURAÇÃO DO CONTRATO 5.4 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO 5.5 OBRIGAÇÕES DO TRE/SE E SUAS VEDAÇÕES 5.6 OBRIGAÇÕES DA(O) CONTRATADA(O) E SUAS VEDAÇÕES	Art. 6º, XXIII, e

5.7 TREINAMENTO	
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO 6.1 CONDIÇÕES GERAIS 6.2 FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO 6.3 RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO 6.4 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO 6.5 REAJUSTE CONTRATUAL 6.6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS À EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO (PENALIDADES) 6.7 SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO 6.8 EXTINÇÃO DO CONTRATO	Art. 6º, XXIII, f
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO 7.1 MEDIÇÃO 7.2 LIQUIDAÇÃO 7.3 PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO 7.4 ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO 7.5 CESSÃO DE CRÉDITO	Art. 6º, XXIII, g
8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA(O) FORNECEDORA(FORNECEDOR) 8.1 REGIME DE EXECUÇÃO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO 8.2 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS 8.3 CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO E DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS 8.4 REQUISITOS NECESSÁRIOS À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E À HABILITAÇÃO DA(O) LICITANTE	Art. 6º, XXIII, h
9. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO	Art. 6º, XXIII, i
10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Art. 6º, XXIII, j
11. DISPOSIÇÕES GERAIS	
12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada do ramo da construção civil para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE, em Aracaju, e em Zonas Eleitorais do interior do estado, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Instrumento.

1.1.1 Descrição do Objeto:

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	UNIDADE DE MEDIDA
1	1627	Serviço de Engenharia	Contratação de empresa especializada do ramo da construção civil para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE, em Aracaju, e nas Zonas Eleitorais do interior do estado relacionadas no item 1.1.2, em regime de empreitada por preço global . OBS: Os serviços de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE e nos Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Sergipe deverão ser executados concomitantemente .	UN

1.1.2 Tabela descritiva das localidades para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação:

LOCALIDADE	MUNICÍPIO	UNIDADE ELEITORAL/ENDEREÇO	VALOR DE REFERÊNCIA
01	ARACAJU/SE	Sede TRE/SE - CENAF - Centro Administrativo Governador Augusto Franco - Lote 7 - Variante 2 - Bairro Capucho	R\$ 127.284,05
02	ESTÂNCIA/SE	Fórum Min. Luiz Carlos Fontes de Alencar - Avenida Santa Cruz, s/n, Santa Cruz	R\$ 83.801,65
03	GARARU/SE	Fórum Promotor José Medeiros - Av. Marechal Floriano, 26, Centro	R\$ 81.073,74
04	LARANJEIRAS/SE	Fórum Levindo Cruz - Alameda Iêda Rosa, s/n, Bairro Manoel do Prado Franco	R\$ 1.896,42
05	NOSSA SENHORA DAS DORES/SE	Fórum Des. Joel Macieira Aguiar - Praça Des. Aloísio de Abreu Lima, s/n, Centro	R\$ 64.993,17
06	PORTO DA FOLHA/SE	Fórum Juiz Thiers Gonçalves de Santana - Rua Bonifácio Pereira de Souza, s/n, Coroa do Meio	R\$ 83.798,08
07	SÃO CRISTÓVÃO/SE	Fórum Des. Gilson Gois Soares - Rod. João Bebe Água, s/n - Largo Joel Fontes Costa	R\$ 30.344,65
08	CAMPO DO BRITO/SE	Fórum Conselheiro Manoel Cabral Machado - Rua Gabriel de Lima, s/n, Centro	R\$ 78.340,13
09	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE	Fórum Juiz Manoel Soares Pinto - Rua Antônio Caetano de Sá, s/n, Centro	R\$ 12.031,02
10	CARIRA/SE	Fórum Eleitoral de Carira - Praça Maria Jozita de Aragão, s/n, Matadouro Velho	R\$ 144.788,06
11	CRISTINÁPOLIS/SE	Fórum Cel. Lourival Alves da Costa Filho - Rua João Ferreira Santos Reis, 117, Centro	R\$ 64.663,65
12	ITAPORANGA D'AJUDA/SE	Fórum Des. José Fernandes Prado Vasconcelos - Av. Emídio Maxi Neto, 170, Centro	R\$ 7.694,03
13	UMBAÚBA/SE	Fórum Des. Manuel Pascoal Nabuco D'Ávila - Rua Aniceto Lima, s/n, Centro	R\$ 4.358,09
TOTAL			R\$ 785.066,74

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA.

1.3 Trata-se de contratação que prevê a conclusão de ESCOPO predefinido, **sendo seu prazo de vigência automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato**, na forma do art. 111, da Lei 14.133/2021, observadas as ressalvas previstas em seu parágrafo único.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justificativa para contratação do objeto

2.1.1 A demanda exposta no formulário de *Solicitação da Contratação* (1404595) decorre de necessidade de executar serviços de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE, em Aracaju, e nas Zonas Eleitorais de Estância, Gararu, Laranjeiras, Nossa Senhora das Dores, Porto da Folha, São Cristóvão, Campo do Brito, Canindé de São Francisco, Carira, Cristinápolis, Itaporanga D'Ajuda e Umbaúba, que são essenciais à preservação da vida útil das instalações, garantindo condições físicas e ambientais necessárias ao desenvolvimento das atividades, com vistas ao atendimento das demandas da(o)s clientes do TRE/SE.

2.2 Alinhamento entre a contratação e o planejamento

2.2.1 O objeto da contratação está previsto em instrumentos de planejamento deste Tribunal, conforme detalhamento a seguir

a) Planejamento Estratégico ([Resolução TRE/SE 5/2021](#)) - No tocante à vinculação desta contratação com o Planejamento Estratégico do TRE/SE, observa-se que as atividades desenvolvidas na Instituição estão diretamente ligadas ao alcance dos Macrodesafios traçados no [Mapa Estratégico 2021-2026 do TRE/SE](#).

a.1) MACRODESAFIO 3 - AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, incluído na Perspectiva de *Processos Internos*. A análise de cenários caracteriza como *força* o fato de o TRE/SE possuir *infraestrutura predial, mobiliária e de equipamentos*. Assim sendo, esta contratação busca manter esta condição do TRE/SE.

a.2) MACRODESAFIO 7 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA, incluído na Perspectiva de *Processos Internos*. A análise de cenários caracteriza como *força* o fato de o TRE/SE possuir *ambiente favorável ao desempenho das atividades*. Conforme já registrado, esta contratação busca manter esta condição do TRE/SE.

a.3) MACRODESAFIO 9 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, incluído na Perspectiva de *Aprendizado e Crescimento*. A análise de cenários caracteriza como *força* o fato de TRE/SE possuir *Disponibilidade orçamentária satisfatória e Plano Anual de contratações*.

b) Plano de Contratações Anual, exercício 2023: A realização de procedimento de contratação a fim de atender esta demanda está prevista no Planejamento das Contratações do exercício de 2023, conforme consta do [Anexo](#) da [Portaria TRE/SE 1121/2022](#).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Detalhamento da solução

3.1.1 A contratação compreende a execução de serviços de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE, em Aracaju, e em Zonas Eleitorais do interior do estado.

3.1.2 Segundo as especificações anexadas ao Edital, os serviços de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE, em Aracaju, e em Zonas Eleitorais do interior do estado apresentam as seguintes características gerais:

3.1.2.1 Não haverá alteração nas áreas construídas dos imóveis.

3.1.2.2 Os serviços objeto da contratação foram levantados a partir de solicitações da(o)s responsáveis pelas unidades e após realização de vistorias realizadas pelo responsável pela SEENG.

3.1.2.3 Os serviços executados deverão atender as condições e requisitos estabelecidos neste Instrumento e nos demais anexos que integram o ato convocatório, a saber:

- a) Especificações SEENG (1404228)
- b) Projeto São Cristóvão (1392999)
- c) Projeto Canindé de São Francisco (1405444)
- d) Projeto Estância (1393163)
- e) Projeto Laranjeiras (1392887)
- f) Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários (1405452, 1405455, 1405456)
- g) Planilha de Composições de Preços Unitários (1405460)
- h) Planilha de Detalhamento de Encargos Sociais (1405459)
- i) Planilha de Detalhamento dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI (1405458)
- j) Cronograma Físico Financeiro (1405457)
- k) Cronograma de Desembolso (1405685)

3.1.2.4 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no tópico das Especificações SEENG (1404228).

3.2 Quantidade a ser contratada

3.2.1 A relação entre a demanda prevista e as quantidades indicadas no orçamento de referência advém de levantamento detalhado de quantitativos de insumos e serviços realizado por técnicos da SEENG. Os critérios utilizados no levantamento das quantidades foram os usuais para a execução de serviços de engenharia.

3.2.2 Toda a estimativa de quantidade de materiais e de serviços empregados para execução contratual foi levantada com base nos projetos dos Cartórios e da sede existentes na SEENG e está detalhada nos seguintes documentos:

- a) Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários (1405452, 1405455 e 1405456)
- b) Planilha de Composições de Preços Unitários (1405460)

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

4.1.1 Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e com os padrões de sustentabilidade exigidos neste Instrumento e nos demais anexos ao Edital.

4.1.2 Todos os critérios de sustentabilidade ambiental previstos respeitam os princípios da legalidade e da isonomia entre a(o)s licitantes e não restringem a competição, uma vez que decorrem de normas gerais que devem ser seguidas por todas as empresas dos setores envolvidos no objeto licitado.

4.1.3 As soluções de sustentabilidade devem alcançar sua efetividade máxima e custo mínimo: compra de materiais com minimização de impactos; previsão de mecanismos de redução na formação de resíduos na fase construtiva e de sua reutilização; uso ou disposição adequados.

4.1.4 A responsabilidade pelo licenciamento ambiental, **quando for o caso**, caberá ao TRE/SE (art 115, § 4º da Lei 14.133/2021).

4.1.5 A execução dos serviços deverá observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.1.5.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e na legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.5.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando ao conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e da legislação correlata.

4.1.5.3 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.6 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

4.1.6.1 Observar as diretrizes, os critérios e os procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na [Resolução nº 307](#), de 05/07/2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e na [Instrução Normativa STLI/MPOG nº 01](#), de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.1.6.1.1 O gerenciamento de resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e aos procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil ([Lei nº 4452/2013](#) - Prefeitura Municipal de Aracaju/SE).

4.1.6.1.2 Providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo à classificação presente nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução 307/2002 - CONAMA.

4.1.6.1.3 Em nenhuma hipótese a(o) CONTRATADA(O) poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.1.6.1.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a(o) CONTRATADA(O) comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115, de 2004, e 15.116, de 2021.

4.2 Subcontratação

4.2.1 Não será admitido subcontratar ou sub-rogar (ceder ou transferir) total ou parcialmente a contratação.

4.3 Garantia da contratação

4.3.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de **5% (cinco por cento) do valor contratual**, dentre as modalidades a seguir:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

b) Seguro-garantia, complementado, se necessário, com a cobertura "Responsabilidade Civil Obra" ou outra equivalente.

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4.3.2 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato.

4.3.3 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data definida na ordem de serviço para o início da execução do objeto contratado.

4.3.4 Na hipótese de prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e ocorrendo o inadimplemento da(o) CONTRATADA(O), serão observadas as seguintes disposições:

4.3.4.1 A seguradora não assumirá a execução e conclusão do objeto do contrato.

4.3.4.2 A seguradora pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

4.3.5 Os procedimentos atinentes à garantia da execução estão indicadas no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no Capítulo II, do Título III, da Lei 14.133/2021.

4.4 Transição contratual

4.4.1 Não existe a necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.5 Vistoria prévia

4.5.1 NÃO É OBRIGATÓRIA a avaliação prévia dos locais de execução dos serviços, entretanto, para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a(o) licitante PODERÁ realizar vistoria na sede do TRE/SE e no Fórum de Itaporanga d'Ajuda, franqueada para os demais locais da prestação do serviço.

4.5.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes à(ao)s interessada(o)s em realizar a vistoria, devendo ser realizado agendamento prévio na Seção de Obras e Serviços de Engenharia, por meio do endereço eletrônico seeng@tre-se.jus.br ou pelos telefones (79) 3209-8645/8872.

4.5.3 Para a vistoria, a(o) representante legal da empresa ou responsável técnica(o) deverá estar devidamente identificada(o), apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação.

4.5.3.1 A(o) representante/responsável da empresa deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.5.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a(o) CONTRATADA(O) assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.6 Participação de cooperativas

4.6.1 Não é admitida a participação de cooperativas neste certame, nos termos do Termo de Conciliação Judicial, firmado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a União, de 5/6/2003.

4.7 Participação de consórcios

4.7.1 Não é admitida a participação de interessada(o)s que se apresentem constituída(o)s sob a forma de consórcio, conforme informações constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução e atendimento às especificações

5.1.1 A execução contratual deverá atender as previsões deste Instrumento e dos demais anexos ao Edital, com destaque para os projetos e as especificações.

5.1.2 Toda e qualquer modificação introduzida nas especificações, inclusive acréscimos, somente serão admitidos com a prévia autorização da Gestão/Fiscalização da Contratação e será anotada no Livro de Ordem, assim como todo acompanhamento dos trabalhos no decorrer da contratação.

5.1.3 Será exigido o emprego de materiais e de mão de obra de primeira qualidade na execução de todos os serviços especificados.

5.1.4 Os materiais e/ou serviços não previstos neste Instrumento e no Anexo "Especificações" constituem casos especiais, devendo ser previamente apreciados pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.1.5 Todo material considerado "similar" deverá ser previamente submetido à apreciação pela Gestão/Fiscalização da Contratação do TRE/SE e autorizado por escrito.

5.2 Critérios a serem obedecidos

5.2.1 Verificada eventual divergência entre as medidas verificadas e as cotas apresentadas, prevalecerão estas últimas.

5.2.2 Verificada eventual divergência entre planilha e especificações, prevalecerão as especificações.

5.2.3 Verificada eventual divergência entre projetos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala.

5.2.4 Verificada eventual divergência entre especificações e projetos, prevalecerão as especificações.

5.2.5 Verificada eventual divergência entre detalhes e plantas gerais, prevalecerão os detalhes.

5.2.6 Nas indicações de marcas considerem-se compreendidas as similares.

5.3 Duração do contrato

- 5.3.1** O prazo de execução da contratação é de **120 (cento e vinte) dias**, contando-se da data estabelecida na correspondente ordem de serviço.
- 5.3.2** O prazo de vigência da contratação será de **210 (duzentos e dez) dias**, a contar da assinatura do contrato.
- 5.3.3** Os prazos de execução e de vigência admitem prorrogação na forma da Lei nº 14.133/2021.
- 5.3.3.1** A prorrogação será precedida de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.
- 5.3.3.2** O Termo Aditivo deverá contemplar a correspondente adequação do cronograma físico-financeiro.
- 5.3.4 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.**
- 5.3.4.1** Quando a não conclusão decorrer de culpa da(o) CONTRATADA(O):
- 5.3.4.1.1** A(o) CONTRATADA(O) será constituída(o) em mora, aplicáveis a ela(e) as respectivas sanções administrativas;
- 5.3.4.1.2** O TRE/SE poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4 Especificação da garantia do serviço

- 5.4.1** O prazo de garantia do serviço observará a previsão dos artigos 26 e 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5 Obrigações do TRE/SE e suas vedações

5.5.1 É dever do TRE/SE

- 5.5.1.1** Emitir Nota de Empenho.
- 5.5.1.2** Proporcionar as condições indispensáveis à execução do objeto, prestando informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados por parte da(o) CONTRATADA(O) ou por quem a(o) represente.
- 5.5.1.3** Fiscalizar a execução da contratação em todas as suas fases.
- 5.5.1.4** Receber e conferir os serviços verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, **rejeitando**, no todo ou em parte, se houver irregularidades.
- 5.5.1.5** Efetuar os pagamentos à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.
- 5.5.1.6** Comunicar formalmente à(ao) CONTRATADA(O) quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, **preferencialmente** por meio eletrônico (e-mail).

5.5.2 É vedado ao TRE/SE

- 5.5.2.1** Praticar atos de ingerência na administração da(o) CONTRATADA(O), tais como:
- 5.5.2.1.1** Exercer o poder de mando sobre a(o)s empregada(o)s da(o) CONTRATADA(O), devendo reportar-se somente à/ao Preposta(o) ou pessoa(s) responsável(is) por ela indicada(s).
- 5.5.2.1.2** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.
- 5.5.2.1.3** Promover ou aceitar o desvio de funções da(o)s trabalhadora(e)s da(o) CONTRATADA(O), mediante a sua utilização em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual a(o) trabalhadora/trabalhador foi contratada(o).

5.6 Obrigações da(o) CONTRATADA(O) e suas Vedações

- 5.6.1** A(o) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O), além do cumprimento de condições previstas no anexo **ESPECIFICAÇÕES SEENG** e em outras cláusulas/itens deste Instrumento e dos demais documentos que compõem o ato convocatório, deve atender às obrigações previstas na fase pré-contratual e às obrigações gerais e específicas indicadas nesta cláusula.

5.6.1.1 Durante a fase pré-contratual, a(o) ADJUDICATÁRIA(O) obriga-se a:

- 5.6.1.1.1** Indicar a garantia contratual, consoante os termos e condições fixados neste Instrumento e no Termo de Contrato.
- 5.6.1.1.2** Comprovar a manutenção das condições de habilitação informadas por ocasião do certame licitatório, particularmente em relação à regularidade fiscal federal e trabalhista, bem como da inexistência de obstáculos ao direito de contratar com a Administração Pública.
- 5.6.1.1.3 Comprovar o atendimento das seguintes condições:**
- 5.6.1.1.3.1** Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.
- 5.6.1.1.3.1.1** O Cadastro de Empregadores previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4/2016 está disponível para consulta no sítio institucional do Ministério do Trabalho e Previdência na rede mundial de computadores, conforme prevê o art. 14 da [Portaria MTB 1.293/2017](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf) (https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf).
- 5.6.1.1.3.2** Não ter sido condenada(o), a(o) licitante vencedora(vencedor) ou sua(eu)s dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do [Decreto 5.017/2004](#) (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT [C029 - Trabalho Forçado ou Obrigatório](#) e [C105 - Abolição do Trabalho Forçado](#).
- 5.6.1.1.3.2.1** A condição prevista neste item será comprovada por meio de declaração firmada por representante legal da(o) CONTRATADA(O), sendo que a declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e neste Instrumento.
- 5.6.1.1.4** Indicar os dados pessoais da(o) representante que será responsável pela assinatura do Termo de Contrato, inclusive com a comprovação dos poderes legais necessários para tanto, bem como realizar o cadastro no sistema processual (SEI) para fins de assinatura do Termo de Contrato.
- 5.6.1.1.4.1** A(o)s representante(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) realizar cadastro(s) para acesso ao SEI para fins de assinatura(s) digital(is), conforme procedimentos repassados pela Seção de Contratos (SECON).
- 5.6.1.1.5** Indicar os dados pessoais e contatos comerciais de agente responsável por sua representação legal.
- 5.6.1.1.6** Apresentar os demais documentos e informações necessários e suficientes à assinatura do respectivo Termo de Contrato.
- 5.6.1.1.7** Receber Nota de Empenho e assinar o respectivo Termo de Contrato.

5.6.1.2 Firmada a contratação, a(o) CONTRATADA(O) deve atender as seguintes obrigações:

5.6.1.2.1 Obrigações gerais:

5.6.1.2.1.1 Executar o serviço conforme especificações deste Instrumento e da proposta de preços apresentada, com a alocação da(o)s empregada(o)s necessária(o)s ao perfeito cumprimento do contrato, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a execução do serviço, com a qualidade e quantidade especificadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pela normas e pela legislação.

5.6.1.2.1.2 Arcar com a **responsabilidade civil decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da(o) CONTRATADA(O), independentemente da ação de fiscalização do Tribunal.**

5.6.1.2.1.3 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e também de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e de tudo mais que se fizer necessário à conclusão e quitação dos encargos decorrentes do serviço contratado.

5.6.1.2.1.4 Apresentar todo e qualquer material a ser utilizado, antes de sua aplicação, para análise e aprovação pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.6.1.2.1.4.1 Não serão aceitos os serviços executados e materiais que não tenham sido previamente aprovados.

5.6.1.2.1.4.2 Uma vez aprovados os materiais a serem utilizados, as demais partidas ficarão sujeitas à aceitação pela Gestão/Fiscalização da Contratação, sendo impugnadas as que estejam em desacordo com a(s) amostra(s) já aprovada(s) e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.

5.6.1.2.1.5 Disponibilizar, no(s) local(is) de execução, responsável(is) geral(is) pela condução dos trabalhos.

5.6.1.2.1.6 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Gestão/Fiscalização, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local da prestação dos serviços, bem como aos documentos relativos à sua execução.

5.6.1.2.1.7 Paralisar, por determinação do TRE/SE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros pessoas.

5.6.1.2.1.8 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do serviço durante a vigência do contrato.

5.6.1.2.1.9 Promover a organização técnica e administrativa do serviço, de modo a conduzi-lo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

5.6.1.2.1.10 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

5.6.1.2.1.10.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item anterior transferirá à(ao) CONTRATADA(O) todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

5.6.1.2.1.11 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Gestão/Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

5.6.1.2.1.12 Combinar previamente com a Gestão/Fiscalização da Contratação do TRE/SE os dias e horários de atuação da(o) CONTRATADA(O), definidos, inicialmente, de segunda a sexta-feira, em horário comercial (das 7h às 17h), podendo, se necessário, verificar-se em dias e horários diversos, desde que devidamente justificada essa necessidade.

5.6.1.2.1.13 Indicar, no **prazo de 2 (dois) dias úteis** contados da assinatura do contrato, preposta(o) para representá-la(o) na execução do objeto contratual, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, reservando-se ao TRE/SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.

5.6.1.2.1.14 Comunicar à Gestão/Fiscalização da Contratação, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente de que tenha conhecimento, no local de realização do serviço.

5.6.1.2.1.15 **Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.**

5.6.1.2.1.16 Executar o serviço nos prazos fixados neste Instrumento, empregando materiais e equipamentos de primeira qualidade, executando os acabamentos com esmero, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretivas indicadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.6.1.2.1.17 Substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pelos agentes de fiscalização TRE/SE, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

5.6.1.2.1.18 **Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao TRE/SE, devendo ressarcir imediatamente em sua integralidade, podendo este Tribunal, descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O), o valor correspondente aos danos sofridos.**

5.6.1.2.1.19 Atender as normas sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as normas de segurança do TRE/SE.

5.6.1.2.1.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas estabelecidas pela legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do serviço e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.6.1.2.1.21 Utilizar empregada(o)s habilitada(o)s e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.6.1.2.1.22 Apresentar as(os) empregadas(os) devidamente identificadas(os) por meio de crachá ou outro meio hábil.

5.6.1.2.1.23 Apresentar à Gestão/Fiscalização da Contratação, quando for o caso, a relação nominal da(o)s empregada(o)s que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

5.6.1.2.1.24 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

5.6.1.2.1.25 **Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não seja transferida às expensas do TRE/SE.**

5.6.1.2.1.26 Instruir sua(seu)s empregada(o)s a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-a(o)s a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a(o) CONTRATADA(O) relatar ao TRE/SE toda e qualquer ocorrência neste sentido.

5.6.1.2.1.27 Instruir sua(seu)s empregada(o)s quanto à prevenção de incêndios nas áreas do TRE/SE.

5.6.1.2.1.28 Instruir sua(seu)s empregada(o)s quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do CONTRATANTE.

5.6.1.2.1.29 **Apresentar, quando solicitado pelo TRE/SE, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.**

5.6.1.2.1.29.1 O atestado de antecedentes criminais somente poderá ser solicitado quando for imprescindível à segurança de pessoas, bens, informações ou instalações, de forma motivada.

5.6.1.2.1.30 Afastar ou substituir por recomendação da Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer empregada(o) que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço, até 24 (vinte e quatro) horas após receber a devida notificação.

5.6.1.2.1.31 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho sofridos por sua(eu)s empregada(o)s e lhes fornecer todos os equipamentos de segurança, de acordo com as exigências da CLT e do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

5.6.1.2.1.32 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.6.1.2.1.33 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.6.1.2.1.34 Emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), quando alguém do seu pessoal sofrer acidente de trabalho, acidente de trajeto e doença profissional.

5.6.1.2.1.35 Apresentar tempestivamente toda a documentação necessária à liquidação da despesa e ao pagamento mensal dos serviços, conforme fixado neste Instrumento e no contrato.

5.6.1.2.1.36 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a(o) CONTRATADA(O) deverá ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo por ele fixado, os seguintes documentos: prova de regularidade relativa à Seguridade Social; certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da(o) CONTRATADA(O); certidão de regularidade do FGTS – CRF; e certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

5.6.1.2.1.37 Apresentar, quando couber, complementação de garantia, nos casos de acréscimo ou prorrogação contratual.

5.6.1.2.1.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

5.6.1.2.1.38.1 Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, sempre que solicitado pela Gestão/fiscalização da Contratação, com a indicação da(o)s empregada(o)s que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

5.6.1.2.1.39 Informar endereço eletrônico (e-mail) e telefone para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais.

5.6.1.2.1.40 Observar os termos da [Lei 13.709/2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução TRE/SE 120/2015, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/etica-e-integridade/etica-e-integridade>.

5.6.1.2.2 Obrigações específicas decorrentes da natureza do objeto:

5.6.1.2.2.1 Conhecer, por meio de responsável técnico(a), os locais onde serão executados os serviços, a fim de tomar as precauções e cuidados necessários no sentido de garantir inteiramente a integridade de todas as instalações, equipamentos, canalizações e redes que possam ser atingidos, pavimentação das áreas adjacentes e propriedades de terceiros pessoas, e ainda, a segurança da(o)s operária(o)s e transeuntes, durante a execução de todos os serviços previstos, pois qualquer dano ou avaria causados serão de inteira e única responsabilidade da(o) CONTRATADA(O), correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

5.6.1.2.2.1.1 A vistoria prevista neste item não se confunde com a vistoria prévia de que trata o item 4.5 e deverá ser previamente agendada entre a(o)s representantes da(o) CONTRATADA(O) e a(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE, devendo ocorrer antes da expedição da ordem de serviço.

5.6.1.2.2.2 Apresentar à Gestão/Fiscalização da Contratação, previamente ao início dos trabalhos, a relação de todo o pessoal que atuará na execução dos serviços, com nomes completos, número do R.G. e função na empresa, além de indicar a(o) encarregada(o) geral responsável pela equipe de operária(o)s.

5.6.1.2.2.2.1 A relação deve ser atualizada sempre que necessário (substituição de pessoal, acréscimo, desligamento etc).

5.6.1.2.2.3 Cuidar para que o pessoal que executará o objeto desta contratação esteja devidamente fardado e com os EPI's apropriados para os trabalhos a serem realizados.

5.6.1.2.2.4 Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução do serviço, estando terminantemente proibido o uso de bens do TRE/SE, mesmo que existam e estejam sem uso no período da execução dos trabalhos, como escadas, baldes, vassouras, panos, etc.

5.6.1.2.2.5 Desempenhar as atividades com esmero e asseio diário, de maneira que todo patrimônio do Tribunal e da(o)s servidora(e)s junto ao serviço esteja protegido e que seja garantida a normalidade do funcionamento, uma vez que os locais que sofrerão intervenção estarão com o seu funcionamento normal durante o período de execução dos trabalhos contratados.

5.6.1.2.2.6 Efetuar a limpeza diária dos locais e do entorno onde serão executados os serviços, deixando os ambientes em condições normais de circulação e uso pela(o)s servidora(e)s durante o horário de expediente.

5.6.1.2.2.7 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias, demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

5.6.1.2.2.8 Registrar a contratação no CREA/SE ou no CAU/SE, na forma prevista na legislação vigente e fazer a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT de execução dos serviços no respectivo Conselho.

5.6.1.2.2.8.1 A ART ou o RRT deve ter como responsável engenheira(o) ou arquiteta(o), conforme o caso, e devem ser apresentados no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data estabelecida na Ordem de Serviço para o início da execução contratual.

5.6.1.2.2.9 Cuidar para que a(o) engenheira(o) ou arquiteta(o) indicada(o) para assumir a responsabilidade técnica pela condução e execução até o recebimento definitivo tenha poderes e autonomia para deliberar sobre qualquer determinação urgente que se faça necessária.

5.6.1.2.2.10 Fornecer Livro de Ordem até a data estabelecida na Ordem de Serviço para o início das atividades, mantendo-o no local de execução do serviço, com livre acesso da Gestão/Fiscalização do TRE/SE.

5.6.1.2.2.11 Retirar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após receber a notificação, preferencialmente através do Livro de Ordem, todo material rejeitado pela(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE.

5.6.1.2.2.12 Acatar as diretivas, decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito, preferencialmente assentes no Livro de Ordem.

5.6.1.2.2.13 Submeter, previamente e por escrito, quando solicitado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, os catálogos industriais, especificações técnicas e amostras dos materiais e equipamentos especificados e dos que se pretendem aplicar como "similar".

5.6.1.2.2.14 Submeter previamente, por escrito, ao TRE/SE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou Termo de Referência.

5.6.1.2.2.15 Comunicar, previamente e por escrito, à Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer substituição em seu plantel técnico.

5.6.1.2.2.16 Remover, às suas custas, ao fim dos trabalhos e anteriormente ao recebimento provisório, o entulho e restos de materiais utilizados no serviço e porventura ainda existentes no local, somente considerando-se o objeto desta contratação em condições de ser recebido provisoriamente quando completamente limpo e depois de reparados os eventuais defeitos ou vícios construtivos, bem como os estragos feitos a qualquer obra ou bem público, particular ou danos pessoais.

5.6.1.2.2.17 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e **sob suas custas**, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.

5.6.1.2.2.18 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

5.6.1.2.2.19 Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a Gestão/Fiscalização da Contratação julgar necessário.

5.6.1.2.2.20 Entregar ao TRE/SE, até o recebimento definitivo do objeto, os desenhos "*as built*" de todos os projetos executados, devidamente conferido pelos agentes de fiscalização do TRE/SE

5.6.1.2.2.20.1 O fornecimento dos desenhos "*as built*" ocorrerá sem prejuízo da responsabilidade civil da(o) CONTRATADA(O) em relação à obra e aos serviços por ela(e) realizados.

5.6.2 Vedações aplicáveis à(o) CONTRATADA(O):

5.6.2.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do TRE/SE.

5.6.2.2 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do contrato, a juízo do TRE/SE.

5.6.2.3 Contratar servidora(servidor) pertencente ao quadro de pessoal do TRE/SE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

5.6.2.4 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

5.7 Treinamento

5.7.1 A contratação não requer que a(o) CONTRATADA(O), após a conclusão de seu objeto, realize treinamento de equipe do TRE/SE.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Condições gerais

6.1.1 A contratação do objeto do presente processo de licitação será formalizada por intermédio de **TERMO DE CONTRATO**, contendo as informações e cláusulas essenciais, nos termos do art. 92 da Lei 14.133/2021, e alterações posteriores, sendo parte integrante da contratação as cláusulas e obrigações descritas neste Termo de Referência e nos demais anexos do Edital.

6.1.2 A empresa adjudicatária será convocada por email para, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, assinar o **TERMO DE CONTRATO**, sendo o termo inicial do prazo para assinatura contado do dia útil seguinte ao encaminhamento do email ou do acesso ao sistema processual SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

6.1.2.1 A assinatura do Instrumento Contratual ocorrerá, preferencialmente, por via eletrônica, diretamente no sistema processual SEI – Sistema Eletrônico de Informações, de modo que a(o)s representante(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) realizar cadastro(s) para acesso(s) ao SEI para fins de assinatura(s) digital(is), conforme procedimentos repassados pela Seção de Contratos.

6.1.3 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, **e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.**

6.1.3.1 É proibido ao TRE/SE retardar imotivadamente a execução do serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse de nova(o) titular no órgão.

6.1.3.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3.2.1 Nas contratações de obras, verificada a ocorrência do item anterior por mais de 1 (um) mês, o TRE divulgará, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

6.1.4 Ao longo de toda a execução do contrato, a(o) CONTRATADA(O) deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

6.1.4.1 Sempre que solicitado pelo TRE/SE, a(o) CONTRATADA(O) deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com a indicação da(o)s empregada(o)s que preencherem as referidas vagas.

6.1.5 As comunicações entre o TRE/SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.5.1 A(o) CONTRATADA(O) deverá informar e-mail e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo Whatsapp para recebimento de comunicações escritas relacionadas ao contrato.

6.1.6 As comunicações de atos processuais serão realizadas por meio de mensagem eletrônica enviada a e-mail informado pela(o) CONTRATADA(O) e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei.

6.1.7 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o TRE/SE convocará a(o) representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da(o) CONTRATADA(O), quando houver, do método de aferição dos resultados/medição e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.8 O TRE/SE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.2 Fiscalização e acompanhamento da execução do contrato

6.2.1 A execução do contrato será fiscalizada e acompanhada por representantes do TRE/SE especialmente designada(o)s como *agentes de fiscalização*, ou por sua(eu)s substituta(o)s, permitida a contratação de terceiras pessoas para assisti-la(o)s e subsidiá-la(o)s com informações pertinentes a essa atribuição.

6.2.1.1 A FISCALIZAÇÃO será realizada por EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (EFC) ou FISCAL(is) designados no instrumento contratual e/ou por ato normativo do TRE/SE e que atuarão em conformidade com as atribuições indicadas no respectivo instrumento/ato.

6.2.1.2 A GESTÃO (acompanhamento) do contrato será realizada(o) por servidora(servidor) designada(o) como GESTORA/GESTOR no instrumento contratual e/ou por ato normativo do TRE/SE e atuará em conformidade com as atribuições indicadas no respectivo instrumento/ato.

6.2.2 A(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE devem atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:

6.2.2.1 Acompanhar a execução a fim de verificar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas.

6.2.2.2 Determinar, considerando os poderes que detêm, o que for necessário à solução das irregularidades detectadas na execução do contrato.

6.2.2.3 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.2.2.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços contratados que não obedecerem ao disposto no Edital (incluídos os seus anexos), na proposta da(o) CONTRATADA(O) e no contrato.

6.2.2.5 Informar a sua(eu)s superiora(e)s, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.2.2.6 Solicitar auxílio às unidades de assessoramento jurídico e de auditoria do TRE/SE, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la(o)s com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

6.2.2.7 Propor a abertura do procedimento administrativo de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções, como também apresentar as provas das infrações cometidas e prestar informações durante a instrução processual.

6.2.3 A(o) CONTRATADA(O) deve atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:

6.2.3.1 Deverá manter preposta(o) aceita(o) pelo TRE/SE para representá-la(o) na execução do contrato.

6.2.3.2 Será obrigada(o) a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.2.3.3 Será responsável pelos danos causados diretamente ao TRE/SE ou a terceiras pessoas em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

6.2.3.4 Para registro de ocorrências diárias relativas à execução contratual, a(o) CONTRATADA(O) deverá disponibilizar e manter em cada local de atuação o Livro Diário de Obras.

6.2.3.5 Será a(o) ÚNICA(O) responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.2.3.5.1 A inadimplência da(o) CONTRATADA(O) em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao TRE/SE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso dos serviços e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

6.2.4 Os esclarecimentos solicitados pela(o) Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

6.2.5 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE/SE ou pela Gestão/Fiscalização da Contratação e, de modo geral, com as regras da arte de construir, reformar, adaptar e instalar, poderá a GESTÃO, além de solicitar a aplicação de sanções previstas neste Instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o refazimento dos mesmos, que será realizado pela(o) CONTRATADA(O).

6.2.5.1 Somente a(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE e sua(eu)s superiora(e)s hierárquica(o)s têm autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado e que estejam prejudicando o funcionamento do trabalho nos locais de realização dos serviços.

6.2.6 Qualquer solicitação feita pela(o) CONTRATADA(O) que esteja fora do escopo do objeto contratado não poderá ser realizada sem a análise da Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.2.7 O TRE/SE deverá emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

6.2.7.1 Salvo disposição legal que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a autoridade competente do TRE/SE terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

6.3 Recebimentos provisório e definitivo

6.3.1 O objeto desta contratação será recebido pelo CONTRATADO após inspeção física de qualidade pela(o)s agentes de fiscalização, em conformidade com o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e nas regras específicas estabelecidas neste Instrumento, no Edital e em seus anexos.

6.3.2 Quando o objeto for concluído, a(o) CONTRATADA(O) apresentará comunicação escrita informando o fato à fiscalização do TRE/SE, a qual competirá, no prazo de **15 (quinze) dias**, a realização de vistoria para fins de recebimento provisório.

6.3.2.1 O **recebimento provisório** será feito pela(a) responsável por seu acompanhamento e fiscalização e somente ocorrerá após a conclusão das instalações, que deverão estar testadas e devidamente prontas para uso.

6.3.3 O TRE/SE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnica(o)s competentes, acompanhada(o)s da(o)s profissionais encarregada(o)s pela execução, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e de constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.3.3.1 A(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE examinarão o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, cláusulas contratuais, especificações técnicas e demais anexos do Edital, e fará constar do Termo de Recebimento Provisório todas as deficiências encontradas, que a(o) CONTRATADA(O) deverá sanar em prazo determinado pela fiscalização.

6.3.3.2 Após a inspeção (item **6.3.3**), será lavrado Termo de Recebimento Provisório assinado pela(o)s agentes de fiscalização e pela(o) representante da(o) CONTRATADA(O), relatando as eventuais pendências verificadas.

6.3.3.3 A(o) CONTRATADA(O) fica obrigada(o) a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo ao TRE/SE não atestar a correspondente medição de serviços até que sejam sanadas todas as pendências apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

6.3.4 O **Termo de Recebimento Definitivo** será lavrado **por servidor(a)s (servidor) ou comissão designada pela autoridade competente** em até **90 (noventa) dias** após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, desde que comprovado o atendimento das exigências contratuais e devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização e sanadas as pendências apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

6.3.4.1 Se, no decorrer do prazo de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, forem constatadas irregularidades e/ou defeitos da execução dos serviços, o TRE/SE deverá comunicar por escrito, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), as ocorrências verificadas à(o) CONTRATADA(O), que deverá efetuar as correções no tempo estabelecido pela Gestão/Fiscalização da Contratação, suspendendo-se o decurso dos **90 (noventa) dias** inicialmente fixados.

6.3.5 A(O) CONTRATADA(O), **quando for o caso**, deverá providenciar a seguinte documentação para o recebimento definitivo de objeto:

a) Alvará de utilização expedido pelos órgãos competentes, em especial o "habite-se" emitido pelo Município.

b) Todos os projetos executivos e desenhos em conformidade com o construído ("as built").

- c) Manuais de operação, uso e manutenção do imóvel e dos equipamentos e sistemas instalados, especificações e garantias de equipamentos e sistemas incorporados por força desta contratação.
- d) Relações de peças sobressalentes dos equipamentos e sistemas fornecidos.
- e) Resultados dos testes e ensaios realizados.
- f) Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás.
- g) Laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros.

h) Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias no seu CNPJ ou certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

6.3.5.1 Eventuais ensaios, testes e demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da(o) CONTRATADA(O).

6.3.5.2 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela(o) CONTRATADA(O) e atestada sua conclusão pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.3.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos ou na proposta da(o) CONTRATADA(O), devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo TRE/SE, às custas da(o) CONTRATADA(O), sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.3.6.1 Não sendo executados os serviços de correção no prazo determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, poderá o TRE/SE mandar executá-los por terceiras pessoas, podendo fazer uso da garantia, de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a(o) CONTRATADA(O) faça jus.

6.3.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto contratado, a fiscalização da contratação, a ser exercida no interesse do TRE/SE, e as medições das etapas intermediárias não afastam a responsabilidade técnica ou civil da(o) CONTRATADA(O), que permanece regida pela legislação pertinente, inclusive por danos ou prejuízos por ela(e) causados, por culpa ou dolo, ao TRE/SE ou a terceiras pessoas.

6.4 Alteração das condições da contratação

6.4.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à alteração do contrato estão indicadas no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no Capítulo VII, do Título III, da Lei nº 14.133/2021 e no [Decreto nº 7.983/2013](#), no que couber.

6.5 Reajuste contratual

6.5.1 Na hipótese de decorridos **12 (doze) meses** da data da apresentação da proposta, o valor remanescente ainda não executado poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, Coluna 35, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar o reajuste pretendido.

6.5.2 Não se aplica o disposto no item **anterior** na hipótese de o atraso na execução da serviços avançados e a consequente prorrogação do prazo do contrato ocorrerem por causa atribuída à(ao) CONTRATADA(O).

6.5.3 Os procedimentos atinentes ao reajuste do contrato estão indicados no Instrumento Contratual.

6.6 Sanções administrativas relacionadas à contratação (penalidades)

6.6.1 Configuram infrações administrativas às quais está sujeita a(o) Adjudicatária ou a(o) CONTRATADA(O), nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021:

6.6.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato.

6.6.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

6.6.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato.

6.6.1.4 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.

6.6.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.

6.6.1.6 Prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

6.6.1.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato.

6.6.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

6.6.1.9 Praticar ato lesivo previsto nos incisos I, II, III, IV, "d", "e", "f" e "g", do [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

6.6.2 O TRE/SE, eventualmente verificadas as infrações referidas no item 6.6.1, poderá aplicar à(ao) CONTRATADA(O) as seguintes sanções administrativas:

6.6.2.1 Advertência.

6.6.2.2 Multa.

6.6.2.3 Impedimento de licitar e contratar.

6.6.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.6.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

6.6.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

6.6.3.2 As peculiaridades do caso concreto.

6.6.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

6.6.3.4 Os danos que da infração provierem para a Administração Pública.

6.6.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.6.4 Relação entre os tipos de penalidade e hipóteses de aplicabilidade:

Penalidade	Hipótese(s) de aplicabilidade	Observação	Competência para aplicação	Dosimetria
Advertência	Dar causa à inexecução parcial do contrato, <i>quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>	Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Gestão/Fiscalização da Contratação	<p>Na aplicação das sanções considerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> A natureza e a gravidade da infração cometida. As peculiaridades do caso concreto. As circunstâncias agravantes ou atenuantes. Os danos que dela provierem para o TRE/SE. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Multa	Todas aquelas reproduzidas no item 6.6.1 deste Instrumento.	<p>1. As multas a que alude este Instrumento não impedem que a Administração promova a extinção unilateral da contratação e/ou aplique este tipo de sanção cumulativamente com as demais.</p> <p>2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.</p> <p>3. Quadro elucidativo (infrações, percentuais, base de cálculo) indicado no item 6.6.5.</p>	Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE/SE	
Impedimento de licitar e contratar	<ul style="list-style-type: none"> Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. Dar causa à inexecução total do contrato. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado. 	<p>1. A aplicação do <i>Impedimento de licitar e contratar</i> só se efetivará quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos (Art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021).</p> <p>2. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</p>	Diretor Geral do TRE/SE	
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	<ul style="list-style-type: none"> Prestar declaração falsa durante a execução do contrato. Praticar ato fraudulento na execução do contrato. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013. 	<p>1. Desde que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o <i>Impedimento de licitar e contratar</i>, a Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pode ser aplicada também nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. Dar causa à inexecução total do contrato. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado. <p>2. A aplicação do sancionamento previsto nesta linha impedirá a(o)</p>	Presidente do TRE/SE	

		responsável de licitar ou contratar no âmbito de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (Art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021).	
		3. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	

6.6.4.1 A aplicação das sanções previstas no item **6.6.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.6.5 Relação entre os tipos de penalidade, hipóteses e percentuais de aplicabilidade:

HIPÓTESE	INFRAÇÃO	PERCENTUAL MULTA	BASE DE CALCULO	OBSERVAÇÃO
1	Inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia à execução da contratação, inclusive nas hipóteses de reforço / complementação de valor.	0,5% (cinco décimos por cento) , por dia de atraso, até o limite de 5,0% (cinco por cento) .	valor total da contratação	O TRE poderá declarar a inexecução total do objeto e rescindir o contrato se a(o) CONTRATADA(O) não apresentar garantia à contratação após o decurso de 25 (vinte e cinco) dias do prazo previsto para o atendimento dessa providência.
2	Atraso superior a 15 (quinze) dias para o início da prestação do serviço.	De 10,0% (dez por cento) a 30,0% (trinta por cento)	valor total da contratação	O TRE poderá declarar a inexecução total do objeto e rescindir o contrato se a(o) CONTRATADA(O) não iniciar as atividades até o 15º (décimo quinto) dia do momento estabelecido na ordem de serviço.
3	Atraso na conclusão dos serviços de cada etapa.	0,5% (cinco décimos por cento) , por dia de atraso, até o limite de 30,0% (trinta por cento) .	valor total da correspondente etapa	O TRE poderá declarar a inexecução total do objeto e rescindir o contrato se a(o) CONTRATADA(O) não concluir os serviços correspondentes à etapa respectiva até o 30º (trigésimo) dia do final do prazo estabelecido para o atendimento dessa providência.
4	Recusa injustificada no cumprimento de determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação.	0,5% (cinco décimos por cento) por evento.	valor total da contratação	-
5	Descumprimento imotivado de obrigação estabelecida neste Instrumento e nos demais anexos ao Edital, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação.	0,7% (sete décimos por cento) por evento.	valor total da contratação	-
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	1,0% (um por cento) por dia e por evento.	valor total da contratação	-

6.6.6 A aplicação de **multa de mora** não impedirá que o TRE/SE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Instrumento.

6.6.7 As regras e os procedimentos acerca da instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas previstas neste Instrumento estão indicadas no Instrumento Contratual.

6.7 Suspensão da contratação

6.7.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à suspensão do contrato estão indicadas no Instrumento Contratual.

6.8 Extinção do contrato

6.8.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à extinção do contrato estão indicadas no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no Capítulo VIII, do Título III, da Lei 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Medição

7.1.1 As medições deverão ocorrer ao final de cada etapa da execução contratual e a cada período de **30 (trinta) dias**, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a partir da ordem de início dos serviços.

7.1.1.1 Serão medidas apenas as etapas/parcelas dos serviços executados e concluídos.

7.1.1.1.1 Uma etapa/parcela será considerada efetivamente concluída quando os serviços para ela previstos no Cronograma Físico-Financeiro estiverem executados em sua totalidade.

7.1.1.2 Sob pena de não realização, as medições devem ser precedidas de solicitação da(o) CONTRATADA(O), **com antecedência de 2 (dois) dias**, instruída com os seguintes elementos:

a) Planilha de avaliação de serviços, onde deverão estar explicitados os diversos itens e subitens executados e a executar, e na qual deverá constar o percentual de execução de cada serviço, que servirá de base para avaliação do cumprimento do cronograma.

b) Documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, conforme previsto na cláusula SUSTENTABILIDADE deste Instrumento.

7.1.1.3 As medições serão acompanhadas por representantes do TRE/SE e da(o) CONTRATADA(O), cumprindo à(ao) representante da(o) CONTRATADA(O) sanar eventuais divergências.

7.1.2 Recebida a solicitação de medição, a Gestão/Fiscalização da Contratação obedecerá as seguintes diretrizes:

7.1.2.1 Analisar os relatórios e toda a documentação apresentada para a medição da etapa indicada.

7.1.2.2 Vistoriar os serviços e verificar se na execução da parcela foram atendidas pela(o) CONTRATADA(O) todas as obrigações contratuais, e, caso identifique irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à(ao) CONTRATADA(O), por escrito, as respectivas correções.

7.1.2.3 Emitir Parecer para efeito de aceitação dos serviços executados na etapa indicada pela(o) CONTRATADA(O), com base nos relatórios e na documentação apresentada.

7.1.2.4 Comunicar a(o) CONTRATADA(O) para que emita a Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) com o valor exato dimensionado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, com base no cronograma físico-financeiro.

7.1.3 A aceitação de cada etapa dos serviços somente será efetivada após parecer favorável da Gestão/Fiscalização da Contratação, ficando assegurado ao TRE/SE o direito de não efetivar o pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, com este Instrumento ou com os demais documentos determinantes dos serviços, devendo então ser justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

7.1.4 À(Ao) CONTRATADA(O) caberá sanar eventuais falhas apontadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, submetendo a etapa dos serviços impugnada a nova verificação, após o que será procedida nova medição na forma estabelecida neste item.

7.1.5 A critério do TRE/SE e conforme justificativas indicadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, será possível:

7.1.5.1 O pagamento de serviços prestados e medidos correspondentes a determinada parcela, em valor inferior ao previsto no cronograma físico-financeiro.

7.1.5.2 A medição e pagamento correspondente a serviços previstos em etapas posteriores, desde que plenamente realizados e cuja execução foi autorizada pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.1.5.3 Eventual ampliação do prazo de execução da contratação será precedida de autorização/formalização por meio de Termo Aditivo.

7.2 Liquidação

7.2.1 Os procedimentos atinentes à liquidação estão indicados no Instrumento Contratual.

7.3 Prazo e forma de pagamento

7.3.1 Os procedimentos atinentes à forma e ao prazo de pagamento estão indicados no Instrumento Contratual, cumprindo destacar:

7.3.1.1 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a Nota Fiscal Eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) sediada(o) fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

7.3.1.2 A(o) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da nota fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

7.3.1.3 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.4 Antecipação de pagamento

7.4.1 A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

7.5 Cessão de crédito

7.5.1 A presente contratação NÃO permite a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA(O) FORNECEDORA(FORNECEDOR)

8.1 Regime de execução e modalidade da licitação

8.1.1 O regime da execução é de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.

8.1.2 Os serviços pretendidos são oferecidos por diversa(o)s fornecedora(e)s e **apresentam características padronizadas e usuais de mercado**, admitindo-se, portanto, a modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA.

8.1.3 Procedimento destinado à AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORA(E)S, uma vez que o valor estimado da contratação é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8.2 Critérios de aceitabilidade de preços

8.2.1 Os critérios de aceitabilidade de preços são:

8.2.1.1 Valor Global: **R\$ 785.066,74** (setecentos e oitenta e cinco mil, sessenta e seis reais e setenta e quatro centavos);

8.2.1.2 Valores Unitários: conforme *tabela descritiva das localidades (item 1.1.2)* e *Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários* anexa ao Edital; e

8.2.1.3 Valores das Etapas: conforme *Cronograma Físico-Financeiro* anexo ao Edital.

8.2.2 Serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores sejam inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pelo TRE/SE, qual seja, **R\$ 785.066,74 (setecentos e oitenta e cinco mil, sessenta e seis reais e setenta e quatro centavos)**.

8.2.2.1 O critério indicado acima se refere à presunção relativa de inexecutabilidade de preços, motivo pelo qual a(o) Pregoeira(o), ao analisar a proposta, poderá facultar a(ao) licitante a oportunidade de demonstrar a respectiva executabilidade (Súmula TCU nº 262).

8.2.2.2 Será exigida garantia adicional da(o) licitante vencedora(vencedor) cuja proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo TRE/SE, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias previstas neste Instrumento.

8.3 Critérios de Elaboração e de Julgamento das Propostas

8.3.1 A(o)s licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos, especificações e planilhas fornecidos para execução dos serviços, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.

8.3.2 O critério de julgamento da proposta é o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.3.3 Como condição de aceitabilidade da proposta, a(o) licitante deverá encaminhar a **proposta de preço**, observando os seguintes requisitos:

8.3.3.1 Apresentar os preços, expressos em reais, contemplando todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos à contratação.

8.3.3.2 A proposta de preços deverá ser apresentada por intermédio de planilhas elaboradas **a partir de sistema de orçamentação ou editor de planilha eletrônicos**, fazendo **consignar o seu valor total e contemplar os seguintes documentos de orçamentação**:

a) Cronograma físico-financeiro, em etapas mensais, compatíveis com o prazo de **120 (cento e vinte) dias** fixado para execução dos serviços, detalhado com prazos de início e término de cada uma das atividades necessárias à execução dos serviços correspondentes a cada etapa, os percentuais previstos acumulados, os custos totais previstos de cada etapa e acumulados e o custo total geral, compreendendo todas as despesas com a execução do objeto pactuado, exclusivamente na expressão monetária vigente no País, em algarismos e/ou por extenso, nos moldes do correspondente **Anexo** ao respectivo ao Edital.

b) Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, detalhada para cada item de serviço contemplado no cronograma físico-financeiro, nos moldes do correspondente **Anexo** ao Edital, **sendo vedada** a inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na composições de preços unitários, bem como a indicação de item/serviço como **VERBA**.

c) Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais e Planilha de Composição dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, nos moldes dos correspondentes anexos do Edital do certame.

d) Planilha de Composições de Preços Unitários do Empreendimento, na forma do respectivo anexo do Edital, indicando, separadamente, os valores de materiais, a mão de obra, os encargos sociais, as ferramentas e os equipamentos, **não sendo permitida** a indicação apenas de percentuais para material e para mão de obra, devendo também indicar o percentual do BDI, com detalhamento de todos os seus componentes, inclusive em percentual.

8.3.3.3 A Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, a Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais e a Planilha de Detalhamento de Benefícios e Despesas Indiretas -BDI são referenciais, devendo o valor global apresentado contemplar a execução integral dos serviços, de modo que quaisquer diferenças apuradas pela(o) licitante não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE/SE, **ressalvado o disposto no art. 13, II, do Decreto 7.983/2013**, em que a(o) CONTRATADA(O) obriga-se a aceitar eventual adequação do projeto, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, **10% (dez por cento)** do valor total do contratação.

8.3.3.3.1 O mencionado percentual integrará o limite estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.4 As regras de desempate entre propostas serão discriminadas no edital, conforme critérios previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pelo Decreto 8.538/2015.

8.3.5 Na legislação vigente NÃO há previsão de aplicação de regras de margem de preferência para a contratação do objeto licitado.

8.4 Requisitos Necessários à Participação na Licitação e à Habilitação da(o) Licitante

8.4.1 Condições de Participação (e correspondentes vedações)

8.4.1.1 As exigências para a participação no certame são as usuais relativas à generalidade do objeto e serão disciplinadas no ato convocatório (Edital).

8.4.2 Habilitação Jurídica

8.4.2.1 As exigências de habilitação jurídica são as usuais relativas à generalidade do objeto e serão disciplinadas no ato convocatório (Edital).

8.4.3 Habilitações fiscal, social e trabalhista

8.4.3.1 As exigências de habilitações fiscal, social e trabalhista são as usuais relativas à generalidade do objeto, conforme disciplinado no ato convocatório.

8.4.4 Habilitação econômico-financeira

8.4.4.1 Para fins de qualificação econômico-financeira, serão exigidos:

8.4.4.1.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante.

8.4.4.1.2 Comprovante de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.4.4.2 O detalhamento das regras relativas às exigências de qualificação econômico-financeira previstas neste tópico encontram-se contempladas no ato convocatório (Edital).

8.4.5 Habilitação/Qualificação técnico-operacional

8.4.5.1 Para fins de qualificação técnica serão exigidos:

8.4.5.1.1 Prova de registro/inscrição da(o) licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

8.4.5.1.2 Prova de registro/inscrição de profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), detentora(detentor) de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes e **indicada(o) como responsável técnica(o), para fins da contratação**.

8.4.5.1.2.1 A(o) profissional indicada(o) pela(o) licitante deverá participar da execução do objeto contratado, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo TRE/SE.

8.4.5.1.3 Certidões ou atestados emitidos em nome da(o) profissional indicada(o) como responsável técnica(o), regularmente emitidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que demonstrem capacidade operacional na execução dos seguintes serviços:

SERVIÇO (PARCELA)	QUANTIDADE
Execução de pintura de paredes ou pintura de teto ou pintura de esquadrias de madeira ou pintura de esquadrias de ferro	6.000,00 m²
Fornecimento e instalação de vidro temperado	18,00 m²

8.4.5.1.3.1 Admite-se a soma de atestados.

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação é de **R\$ 785.066,74 (setecentos e oitenta e cinco mil, sessenta e seis reais e setenta e quatro centavos)**, conforme detalhamento constante da *Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários*.

9.1.1 O valor da contratação foi estimado com base nos critérios e parâmetros especificados no Parecer 304/2023 (1405682), disponibilizado no endereço eletrônico do TRE/SE (<https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2023/pregoes-2023>).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2023, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cuja(s) dotação(ões) orçamentária(s) constará(ão) do Edital, do Termo de Contrato e da respectiva Nota de Empenho:

a) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0028 - *Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral*. PTRES: 167686.

b) Natureza da Despesa: *Outras Despesas Correntes*.

c) Fonte de Recursos: *Recursos Ordinários*.

d) Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39 - *Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica*.

e) Plano Interno: *IEF MANPRE*.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico *COMPRAS.GOV.BR* (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), a Lei 14.133/2021, a Lei 13.709/2018, a Lei Complementar 123/2006, os Decretos 8.538/2015, 92.100/1985, 7.983/2013 e 11.246/2022, a Resolução CNJ 114/2010, a Resolução TRE/SE 120/2015.

12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1 O Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação indicada no Estudo Técnico Preliminar.

12.1.1 Na elaboração deste Instrumento, a integrante demandante e os integrantes técnico e administrativo atuaram em estrita conformidade com as competências/atribuições de cada um, sendo responsáveis, respectivamente, pelos aspectos funcionais e técnicos da solução e apelos aspectos administrativos da contratação.

ANEXO II
ESPECIFICAÇÕES SEENG

(Processo Administrativo SEI 0009214-66.2023.6.25.8000, doc. 1404228).

01.01 SEDE

01.01.001 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES

01.01.001.001 Para acompanhamento e condução da(o)s operária(o)s, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter uma(um) encarregada(o)/responsável pela execução dos serviços contratados.

01.01.001.002 A(o) CONTRATADA(O) deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno da SEDE para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade. As instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim.

01.01.001.003 Fornecer banheiro químico para uso da(o)s operária(o)s da(o) CONTRATADA(O) durante o período de execução dos serviços.

01.01.002 DIVERSOS

01.01.002.001 Remover toda a manta aluminizada existente nas calhas da cobertura do Espaço Cultural.

01.01.002.002 Fornecer e instalar manta asfáltica aluminizada, com 3 mm de espessura nas calhas da cobertura do Espaço Cultural, inclusive nos ralos de descida, com uso de primer, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária. Não será aceita a manta autoadesiva.

01.01.002.003 Fornecer 30 (trinta) placas de forro de fibra mineral acústico OWA, sistema tegular S3a, linha classic constellation, 625 x 625 mm, branco, para reposição placas do Auditório, a ser realizada pelo pessoal do TRE.

01.01.002.004 Instalar visor de vidro incolor com 4 mm de espessura e dimensões de 60 x 80 cm, na porta de acesso interno de servidores da Secretaria Judiciária.

01.01.002.005 Fazer o rejuntamento de todo o piso cerâmico da rampa lateral do Auditório, que se encontra com falhas, com uso de rejunte cimentício flexível na cor do revestimento.

01.01.002.006 Substituir duas placas de mármore branco que estão danificadas na rampa lateral do Auditório, por duas placas novas, seguindo as dimensões das placas existentes.

01.01.002.007 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.

01.01.003 ARQUIVO CENTRAL

01.01.003.001 Demolir alvenaria da platibanda voltada para o galpão da SEPAT, para executar vão de acesso e permitir o acesso de operários sob o telhado.

01.01.003.002 Fornecer e instalar verga pré-moldada de concreto armado sobre o vão a ser executado conforme descrito no item **01.01.003.001** acima.

01.01.003.003 Fornecer e instalar portinhola de alumínio anodizado preto, tipo veneziana, de abrir, completa com caixilhos, dobradiças, ferrolho e porta-cadeado, nas dimensões de 80 x 60 cm.

01.01.003.004 Executar chapisco e reboco para regularizar o contorno desse novo vão citado no item **01.01.003.001** acima.

01.01.003.005 Executar a impermeabilização das telhas de fibrocimento, com aplicação de três demãos de membrana à base de resina acrílica.

01.01.003.006 Executar aterro compactado no espaço em frente ao Arquivo, eliminando o buraco que está se formando.

01.01.004 GUARITA

01.01.004.001 Executar a substituição dos dois quadros de distribuição existentes na Guarita, por dois novos quadros.

01.01.004.002 Os cabos de alimentação desses quadros e seus disjuntores deverão ser removidos.

01.01.004.003 Fornecer e instalar dois novos quadros de distribuição de embutir, em chapa de aço, sendo um para 30 disjuntores e outro para 48 disjuntores.

01.01.004.004 Fornecer e instalar 600 m de cabo isolado de cobre flexível, com 6 mm², para alimentação dos novos quadros, a partir da subestação.

01.01.004.005 Fornecer e instalar disjuntores termomagnéticos monopolar, bipolar e tripolar, todos no padrão Europeu, na linha branca, nas quantidades indicadas na planilha orçamentária.

01.01.004.006 Fornecer e instalar protetor de surto e dispositivo residual diferencial nas capacidades e quantidades indicadas na planilha orçamentária.

01.01.005 ALMOXARIFADO - BANHEIROS

01.01.005.001 Executar a reforma completa dos banheiros existentes no almoxarifado.

01.01.005.002 Remover os vasos sanitários, lavatórios, torneiras e boxes dos banheiros.

01.01.005.003 Demolir todo o revestimento cerâmico do piso e das paredes, inclusive rodapés de granito.

01.01.005.004 Executar camada de regularização do piso e da parede, para possibilitar o assentamento dos novos revestimentos.

01.01.005.005 Fornecer e assentar nos pisos dos banheiros, revestimento cerâmico para piso, com dimensões de 60 x 60 cm, porcelanato urbanus natural, retificado, Incepa ou similar, aplicado com argamassa industrializada AC I e rejuntado.

01.01.005.006 Fornecer e assentar nas paredes dos banheiros, revestimento cerâmico para parede, com dimensões de 30 x 60 cm, porcelanato natural, retificado, linha White Home, da Portobello ou similar, aplicado com argamassa industrializada AC I e rejuntado.

01.01.005.007 Fornecer e instalar em substituição às existente, duas luminárias Pannel de LED, de embutir, quadrada, de 18W, da G-light ou similar.

01.01.005.008 Fornecer e instalar forro de pvc em placas de 1,25 x 0,625 m, na cor branca, Marca Medabil ou similar, com perfis de aço pintados na cor branca, inclusive estrutura de fixação.

01.01.005.009 Fornecer e instalar lavatório com bancada de granito cinza andorinha, com dimensões de 0,60 x 0,50 m, com uma cuba de louça de embutir, sifão cromado, válvula cromada, torneira cromada com fechamento automático linha decamatic eco, Deca ou similar e com rodopia de granito cinza andorinha e altura de 10 cm.

01.01.005.010 Fornecer e instalar box de vidro temperado liso, incolor, com espessura de 8 mm, de correr, com estrutura em alumínio branco, inclusive com ferragens.

01.01.005.011 Fornecer e instalar película jateada nos vidros das janelas dos dois banheiros.

01.01.005.012 Reassentamento dos vasos sanitários.

01.01.005.013 Fornecer e instalar um chuveiro elétrico Lorenzetti ou similar.

01.01.005.014 Executar a pintura das paredes não revestidas dos banheiros, com duas demãos de tinta acrílica convencional.

01.01.005.015 Executar a pintura das portas de madeira dos banheiros com duas demãos de tinta esmalte sintético para madeira.

01.01.005.016 Executar o ponto elétrico para atender ao novo chuveiro elétrico, instalando um circuito independente, com fiação, disjuntor e demais acessórios necessários.

01.01.005.017 Fornecer e instalar rodapés de granito cinza andorinha com h = 7 cm nos banheiros.

01.01.006 DEPÓSITO DE URNAS

01.01.006.001 Fornecer e instalar 11 barras de aço galvanizado de aço, com diâmetro de 3", como limitador no estacionamento de carros. As barras serão em formato de "U" invertido, dimensões de 1,20 m na horizontal e de 45 cm na vertical de cada lado, totalizando uma dimensão por barra, de 2,10 m. As barras deverão ser chumbadas no piso de concreto, enterrando 15 cm de cada lado.

01.01.006.002 Aplicar proteção anti-corrosiva e depois duas demãos de esmalte sintético para estrutura metálica nas barras fornecidas.

01.01.007 ANEXO

01.01.007.001 Fornecer e instalar revestimento em placas de MDF 15 mm na parede do fundo do miniauditório, sobre estrutura de madeira, utilizando o mesmo modelo de acabamento e detalhamento atualmente existente no restante do ambiente.

01.01.007.002 Executar a recuperação do revestimento cerâmico externo do Anexo, fornecendo e instalando as pastilhas de porcelana de 2,5 x 2,5 cm que estão faltando, no mesmo padrão de tamanho e de cor das existentes. Considerar o fornecimento de pastilha até a área indicada na planilha orçamentária.

01.01.007.003 Realizar o rejuntamento das pastilhas nos locais onde existem falhas, utilizando rejunte cimentício flexível na cor das pastilhas.

01.01.007.004 Remover toda a película jateada existente nos vidros laterais da passarela de ligação da SEDE ao Anexo, colocando nova película, também jateada em substituição.

01.01.007.005 Remover 7 (sete) máquinas de ar condicionado que se encontram desativadas em pontos elevados da fachada externa do Anexo. Para a execução desse serviço, deverá ser utilizado caminhão guincho, tipo munk ou plataforma elevatória, não sendo permitido, em hipótese alguma, uso de andaimes e escadas.

01.01.008 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

01.01.008.001 Demolir o revestimento em pedra São Tomé e sua camada de regularização, na lateral do auditório, conforme indicação da fiscalização e área constante na planilha orçamentária

01.01.008.002 Fornecer e instalar verga de concreto sob a alvenaria da face lateral da rampa de acesso secundário do auditório.

01.01.008.003 Fornecer e instalar nova tampa de concreto armado para a fossa, com as dimensões de 90 x 90 cm, em substituição à já existente, que se encontra danificada.

01.01.008.004 Executar camada de regularização para receber novo revestimento em pedra, no local onde foi removido o revestimento, conforme indicado no item **01.01.08.001** acima.

01.01.008.005 Fornecer e instalar novo revestimento em pedra São Tomé no local onde foi removido o revestimento, conforme indicado no item **01.01.08.001** acima.

01.01.009 ESCADA METÁLICA - ROTA DE FUGA SEDE

01.01.009.001 Executar a recuperação completa da escada metálica de acesso externo para o andar da Presidência, da Corregedoria e da Direção Geral.

01.01.009.002 Realizar o lixamento mecânico de toda a escada, seus pilares, pisos e corrimãos, eliminando os pontos e crostas de ferrugem.

01.01.009.003 Substituir os trechos danificados nas chapas de piso da escada, utilizando novas chapas, tipo xadrez, de aço carbono, no mesmo padrão das existentes.

01.01.009.004 Após inspeção e liberação da fiscalização, aplicar primer epoxi poliamida de alta espessura, bicomponente, com pigmento fosfato de zinco, SUMADUR 80, da Sherwin Williams ou similar.

01.01.009.005 Após o tempo de cura do primer, aplicar duas demãos de tinta de acabamento epoxi modificada bicomponente, de alta espessura.

01.01.010 QUADROS - COMBATE A INCÊNDIO

01.01.010.001 Fornecer e instalar dois quadros de comando em chapa de ferro, com disjuntores, relés, contadores, chaves seletoras, completos, para acionamento das bombas de incêndio da SEDE e do Anexo, seguindo a descrição constante na planilha de medição.

01.01.010.002 Executar os rasgos necessários para embutimento da tubulação de alimentação dos quadros e bombas.

01.01.010.003 Executar toda a tubulação da infraestrutura para interligação dos quadros e bombas, com uso de tubulação de pvc rígido de 3/4" e de 2", com todos os acessórios, como curvas e luvas, seguindo quantitativo indicado na planilha orçamentária.

01.01.010.004 Fornecer e instalar todo o cabeamento necessário para interligação dos quadros e bombas, com diâmetros de 2,5 mm² e 6,0 mm², nas quantidades previstas na planilha orçamentária.

01.01.010.005 Executar a recuperação das paredes afetadas pela execução desses serviços, com execução de enchimento com argamassa de cimento e areia, emassamento e pintura.

01.02 ESTÂNCIA

01.02.001 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES

01.02.001.001 Para acompanhamento e condução da(o)s operária(o)s na execução dos serviços, a(o) Contratada(O) deverá manter uma(um) encarregada(o)/responsável pela execução dos serviços contratados.

01.02.001.002 A(o) CONTRATADA(O) deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade. As instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim.

01.02.002 IMPERMEABILIZAÇÃO

01.02.002.001 Remover com cuidado os rodapés de granito da varanda e da sala de atendimento, para possibilitar a execução de novo reboco nas bases das paredes. Após recuperação do reboco, reinstalar os rodapés.

01.02.002.002 Demolir o reboco das bases das alvenarias, na altura de 60 cm, na varanda frontal do prédio, em toda a sala de atendimento, na circulação interna, no lado interno de todas as paredes que tem um lado voltado para a área externa do prédio e ainda no trecho da sala da Chefia que se apresenta manchada de umidade, na altura total de piso a teto. Nesses trechos, os blocos cerâmicos deverão ficar expostos.

01.02.002.003 Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco nos locais indicados no item **01.02.002.002** acima.

01.02.002.004 Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante com hidrofugante, tipo Vedacit, Rebotec ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item **01.02.002.003** acima.

01.02.002.005 Retirar e posteriormente reassentar as telhas onduladas de fibrocimento para possibilitar a execução da impermeabilização com manta asfáltica, de acordo com o quantitativo da planilha orçamentária;

01.02.002.006 Remover toda a manta asfáltica aluminizada da calha do telhado maior da cobertura, bem como a manta aluminizada existente sobre os rufos de concreto nos locais onde a manta está danificada, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária;

01.02.002.007 Fornecer e instalar manta asfáltica aluminizada, com 3 mm de espessura na calha do telhado maior da cobertura, nos ralos de descida, bem como sobre os rufos de concreto nos locais onde a manta está danificada, com uso de primer, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária. Não será aceita a manta autoadesiva.

01.02.003 MURO

01.02.003.001 Demolir os trechos de cinta superior dos muros que estão danificados, conforme indicação da fiscalização, limitada a área indicada na planilha.

01.02.003.002 Executar novas cintas superiores nos muros em substituição às danificadas, com uso de blocos de concreto tipo "u", preenchidos com concreto armado.

01.02.003.003 Chapiscar e em seguida rebocar as novas cintas, com argamassa de cimento e areia, seguindo os alinhamentos e nivelamentos dos muros.

01.02.003.004 Demolir o reboco externo da base do muro frontal, na altura de 60 cm, deixando os blocos cerâmicos expostos.

01.02.003.005 Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco citado no item **01.02.003.004** acima.

01.02.003.006 Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante com hidrofugante, tipo Vedacit, Rebotec ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item **01.02.003.005** acima

01.02.004 ESTACIONAMENTO

01.02.004.001 Complementar a cobertura do estacionamento interno, para mais uma vaga de garagem, utilizando pilares e vigas pré-moldadas, peças de madeira e telha de fibrocimento com 5 mm de espessura, seguindo o mesmo padrão da cobertura existente, fazendo a remoção e reinstalação dos paralelepípedos para possibilitar a instalação dos pilares. Seguir a localização indicada no projeto fornecido.

01.02.005 ÁGUAS PLUVIAIS

01.02.005.001 Demolir a alvenaria de bloco que reveste a tubulação de queda da calha de águas pluviais, volta para a frente do prédio.

01.02.005.002 Substituir as curvas de PVC, bem como o tubo de descida de 100 mm de diâmetro.

01.02.005.003 Executar nova alvenaria de bloco cerâmico, com chapisco e reboco, revestindo a nova tubulação.

01.02.005.004 Promover a limpeza das calhas da cobertura.

01.02.006 PINTURA

01.02.006.001 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente e externamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore e pedra miracema, além das calçadas internas, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido. Refazer o rejuntamento do revestimento em mármore nos locais onde haja remoção após a execução da lavagem com jato de alta pressão.

01.02.006.002 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Estância deverá ser pintado. Internamente, nas paredes e na laje, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

01.02.006.003 Remover os trechos danificados da textura acrílica existente e em seu lugar, aplicar regularização/nivelamento com argamassa e nova textura acrílica, que receberá a pintura na cor verde.

01.02.006.004 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidade deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e, posteriormente, receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

01.02.006.005 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

01.02.006.006 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinho, os corrimãos e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (**não poderá ser manual**), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão.

01.02.006.007 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

01.02.006.008 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

01.02.006.009 Todo o muro que delimita o terreno do Fórum, deverá ser pintado com tinta pva latex, na cor branca, internamente e externamente, com duas demãos, utilizando tinta pva latex para exteriores.

01.02.007 DIVERSOS

01.02.007.001 Executar junta no reboco do topo da parede que é revestida com mármore branco e, em seguida, aplicar mastique de poliuretano nessa junta.

01.02.007.002 Executar rasgo na laje da varanda, de maneira a criar uma pingadeira, impedindo a penetração de água da chuva.

01.02.007.003 Substituir as placas de piso tátil de concreto, que se encontram danificadas nas calçadas do prédio.

01.02.007.004 Recuperar o revestimento em pedra miracema, fornecendo e instalando pedras novas em substituição às danificadas nas calçadas e muretas.

01.02.007.005 Fornecer complemento da escada de marinho em barras de ferro galvanizado, conforme descrição e quantidade indicadas na planilha

01.02.007.006 Executar nova plotagem no Totem de identificação da Zona Eleitoral, seguindo o mesmo padrão existente.

01.02.007.007 Substituir duas luminárias tipo tartaruga, que atendem à área externa do Tribunal e que se encontram danificadas.

01.02.007.008 Redirecionar o extravasor da caixa d'água, que atualmente está voltada para a calha do telhado, deixando-o despejando na calçada.

01.02.007.009 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.

01.02.007.010 Fornecer e aplicar selante a base de poliuretano externamente em todas as janelas do Fórum.

01.03 GARARU

01.03.001 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES

01.03.001.001 Para acompanhamento e condução da(o)s operária(o)s, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter uma(um) encarregada(o)/responsável pela execução dos serviços contratados.

01.03.001.002 A(O) CONTRATADA(O) deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade. As instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim.

01.03.002 ESTRUTURA

01.03.002.001 Demolir manualmente o concreto que se encontra soltando na base do pilar, próximo à área do tanque, assim como as cintas de concreto existentes no topo da parede maior da cobertura, que é pintada na cor verde e que se encontra danificada.

01.03.002.002 Executar o lixamento metálico das armaduras de aço do pilar cujo concreto está danificado, com posterior aplicação de neutralizador de ferrugem, e em seguida, completar o pilar com aplicação de grout.

01.03.002.003 Executar nova cinta superior da parede maior sobre a cobertura, com uso de blocos de concreto tipo "u", preenchidos com concreto armado.

01.03.002.004 Chapiscar e, em seguida, rebocar a nova cinta, com argamassa de cimento e areia, seguindo os alinhamentos e nivelamentos dos muros.

01.03.003 ALVENARIA

01.03.003.001 Demolir o reboco das bases das alvenarias, na altura de 40 cm, na sala do atendimento sob as janelas, no lado externo de todas as demais paredes do prédio. Nesses trechos, os blocos cerâmicos deverão ficar expostos.

01.03.003.002 Executar a correção das fissuras existentes nos cantos das janelas do prédio, com aplicação de tela metálica, em ambos os lados das paredes.

01.03.003.003 Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco nos locais indicados no item **01.03.003.001** acima.

01.03.003.004 Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante com hidrofugante, tipo Vedacit, Rebotec ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item **01.03.003.003** acima

01.03.004 COBERTURA

01.03.004.001 Retirar e posteriormente reassentar as telhas onduladas de fibrocimento para possibilitar a execução da impermeabilização com manta asfáltica, de acordo com o quantitativo da planilha orçamentária.

01.03.004.002 Remover toda a manta asfáltica aluminizada da calha do telhado maior da cobertura, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária.

01.03.004.003 Fornecer e instalar manta asfáltica aluminizada, com 3 mm de espessura na calha do telhado maior da cobertura, nos ralos de descida, com uso de primer, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária; Não será aceita a manta autoadesiva.

01.03.004.004 Demolir alvenaria sobre a cobertura, para execução de um vão de 0,80 x 60, para permitir passagem de pessoas da manutenção.

01.03.004.005 Fornecer e instalar verga pré-moldada de concreto armado sobre o vão a ser executado conforme descrito no item **01.03.04.004** acima.

01.03.004.006 Executar chapisco e reboco para regularizar o contorno desse novo vão citado no item **01.03.04.004** acima.

01.03.005 DRENO - AR CONDICIONADO

01.03.005.001 Executar extensão do dreno de ar condicionado da máquina do Atendimento, com execução de rasgo na parede externa, colocando nova tubulação soldável de 25mm, de maneira que o seu despejo final seja na pavimentação em paralelepípedos.

01.03.006 PINTURA

01.03.006.001 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente e externamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore e pedra miracema, além das calçadas internas, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido. Refazer o rejuntamento do revestimento em mármore nos locais onde haja remoção após a execução da lavagem com jato de alta pressão.

01.03.006.002 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Gararu deverá ser pintado. Internamente nas paredes e na laje, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

01.03.006.003 Remover os trechos danificados da textura acrílica existente e em seu lugar, aplicar regularização/nivelamento com argamassa e nova textura acrílica, que receberá a pintura na cor verde.

01.03.006.004 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidade, deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

01.03.006.005 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

01.03.006.006 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinho, os corrimãos e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (**não poderá ser manual**), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão.

01.03.006.007 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

01.03.006.008 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

01.03.006.009 Todo o muro que delimita o terreno do Fórum deverá ser pintado com tinta pva latex, na cor branca, internamente e externamente, com duas demãos, utilizando tinta pva latex para exteriores.

01.03.007 DIVERSOS

01.03.007.001 Executar calçada em concreto simples despolado, com 7 cm de espessura e 70 cm de largura e juntas de madeira, no fundo do prédio, até o encontro com os trechos de alvenaria das fachadas da laterais.

01.03.007.002 Executar novo chumbamento da escada de marinho existente, na sua parte superior, que está danificada.

01.03.007.003 Executar a revisão das portas de madeira do fórum, pois estão fechando com dificuldade.

01.03.007.004 Executar novo trecho de escada de marinho de ferro na platibanda, pelo seu lado interno, para possibilitar a descida até o rufo de concreto, seguindo o mesmo padrão da escada externa existente.

01.03.007.005 Fornecer e aplicar selante a base de poliuretano externamente em todas as janelas do Fórum.

01.03.007.006 Recuperar o revestimento em pedra miracema, fornecendo e instalando pedras novas em substituição às danificadas nas calçadas e muretas.

01.03.007.007 Executar nova plotagem no Totem de identificação da Zona Eleitoral, seguindo o mesmo padrão existente.

01.03.007.008 Executar rasgo na laje da varanda, de maneira criar uma pingadeira, impedindo a penetração de água da chuva.

01.03.007.009 Executar junta no reboco do topo da parede que é revestida com mármore branco e em seguida, aplicar mastique de poliuretano nessa junta.

01.03.007.010 É obrigação da contratada remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.

01.04 LARANJEIRAS

01.04.001 INTERLIGAÇÃO DAS SALAS

01.04.001.001 Fornecer e instalar porta de madeira de lei, de correr, lisa, semi-ôca, nas dimensões de **0,90 x 2,10m**, com ferragens, fechadura e puxadores, para fechar o vão existente, conforme indicação no projeto anexo.

01.04.001.002 Executar a pintura de acabamento dessa porta descrita no item **01.04.001.001** acima, com fundo nivelador, emassamento a óleo e aplicação de esmalte sintético fosco, na mesma cor das portas existentes naquela Zona Eleitoral.

01.05 NOSSA SENHORA DAS DORES

01.05.001 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES

01.05.001.001 Para acompanhamento e condução da(o)s operária(o)s, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter uma(um) encarregada(o)/responsável pela execução dos serviços contratados.

01.05.001.002 A(o) CONTRATADA(O) deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade. As instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim.

01.05.002 ALVENARIA

01.05.002.001 Remover com cuidado os rodapés de granito da sala de audiência, para possibilitar a execução de novo reboco nas bases das paredes; após recuperação do reboco, reinstalar os rodapés.

01.05.002.002 Demolir o reboco das bases das alvenarias, na altura de 40 a 130 cm, seguindo indicação da fiscalização, internamente nas salas de audiência, apoio administrativo e na parede do fundo do arquivo e externamente nas paredes onde não houver textura. Nesses trechos, os blocos cerâmicos deverão ficar expostos.

01.05.002.003 Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco nos locais indicados no item **01.05.002.002** acima.

01.05.002.004 Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante com hidrofugante, tipo Vedacit, Rebotec ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item **01.05.002.003** acima.

01.05.002.005 Executar a correção das fissuras existentes nos cantos das janelas do prédio, com aplicação de tela metálica, em ambos os lados das paredes.

01.05.003 PAVIMENTAÇÃO

01.05.003.001 Demolir o concreto da calçada externa (fora da grade frontal), desde o limite do Tribunal de Justiça até o limite frontal do prédio do TRE, bem como da calçada do fundo do prédio, que é voltada para o estacionamento de uso da(o)s servidora(e)s da Justiça Eleitoral.

01.05.003.002 Executar calçada em concreto simples despolado, com juntas de madeira, em substituição às calçadas demolidas conforme item **01.05.003.001**, mantendo-se as larguras atuais.

01.05.003.003 Fornecer e instalar piso tátil na calçada frontal, seguindo o tipo e alinhamento da calçada do Tribunal de Justiça.

01.05.003.004 Demolir piso cerâmico da varanda frontal, que está com a queda invertida, juntamente com o filete de granito.

01.05.003.005 Fornecer e instalar piso revestimento cerâmico para piso, com dimensões de 60 x 60 cm, porcelanato urbanus natural, retificado, Incepa ou similar, aplicado com argamassa industrializada AC-III e rejuntado, executando antes, regularização de base, dando nova queda e direcionando a água da chuva para fora do prédio.

01.05.003.006 Fornecer e instalar piso tátil direcional e/ou alerta, em borracha sobre o novo piso da varanda frontal.

01.05.003.007 Fornecer e instalar filete de granito cinza andorinha flameado com 6 cm de largura.

01.05.004 IMPERMEABILIZAÇÃO

01.05.004.001 Demolir a proteção mecânica e remover a manta asfáltica existente sobre a marquise existente na entrada do Fórum Eleitoral.

01.05.004.002 Executar nova impermeabilização com uso de manta asfáltica de 4 mm de espessura, estruturada com não tecido de poliéster, sobre a marquise da fachada.

01.05.004.003 Executar nova proteção mecânica, com argamassa de cimento, cal e areia, sobre a nova impermeabilização executada.

01.05.004.004 Substituir a curva de drenagem de água pluvial da cobertura, localizada no lado esquerdo de quem entra, que está embutida com alvenaria de bloco cerâmico;

01.05.004.005 Após a substituição dessa curva, refazer o fechamento com alvenaria de bloco cerâmico, chapiscando e rebocando.

01.05.005 PINTURA

01.05.005.001 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente e externamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore e pedra miracema, além das calçadas internas, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido. Refazer o rejuntamento do revestimento em mármore nos locais onde haja remoção após a execução da lavagem com jato de alta pressão.

01.05.005.002 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Nossa Senhora das Dores deverá ser pintado. Internamente nas paredes e na laje, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

01.05.005.003 Remover os trechos danificados da textura acrílica existente e em seu lugar, aplicar regularização/nivelamento com argamassa e nova textura acrílica, que receberá a pintura na cor verde.

01.05.005.004 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidade deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

01.05.005.005 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

01.05.005.006 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinho, os corrimãos e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (**não poderá ser manual**), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão.

01.05.005.007 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

01.05.005.008 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

01.05.005.009 Todo o muro que delimita a lateral direita do Fórum e a mureta frontal deverá ser pintado com tinta pva latex, na cor branca, internamente e externamente, com duas demãos, utilizando tinta pva latex para exteriores.

01.05.006 DIVERSOS

01.05.006.001 Executar nova plotagem no Totem de identificação da Zona Eleitoral, seguindo o mesmo padrão existente.

01.05.006.002 Executar novo chumbamento da escada de marinho existente, na sua parte superior, que está danificado.

01.05.006.003 Corrigir a fixação do extravasor da caixa d'água, que se encontra danificada.

01.05.006.004 Executar rasgo na laje da marquise, de maneira criar uma pingadeira, impedindo a penetração de água da chuva.

01.05.006.005 Fornecer e instalar grelha de ventilação de alumínio branco, com dimensões de 40 x 30cm, na porta da despensa.

01.05.006.006 Substituir os globos leitosos e suas lâmpadas dos postos externos, mantendo-se o mesmo padrão de material e de cor, sendo que as lâmpadas serão de LED, de 6w.

01.05.006.007 Substituir as torneiras dos banheiros, por outras novas, com fechamento automático, da linha Decamatic, da DECA ou similar.

01.05.006.008 Recuperar a pavimentação em paralelepípedos granítico existente no estacionamento que está cedendo em alguns pontos.

01.05.006.009 Recuperar o revestimento em pedra miracema, fornecendo e instalando pedras novas em substituição às danificadas nas calçadas e muretas.

01.05.006.010 Fornecer e aplicar selante a base de poliuretano externamente em todas as janelas do Fórum.

01.05.006.011 Executar junta no reboco do topo da parede que é revestida com mármore branco e em seguida, aplicar mastique de poliuretano nessa junta.

01.05.006.012 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.

01.06 PORTO DA FOLHA

01.06.001 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES

01.06.001.001 Para acompanhamento e condução da(o)s operária(o)s, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter uma(um) encarregada(o)/responsável pela execução dos serviços contratados.

01.06.001.002 A(o) CONTRATADA(O) deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade. As instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim.

01.06.002 ESQUADRIAS

01.06.002.001 Fornecer e instalar esquadria de alumínio anodizado preto, tipo moldura-vidro, com bandeiras e uma lateral fixa e uma porta de abrir.

01.06.002.002 Fornecer e instalar vidro liso fumê, com 6 mm de espessura, na nova esquadria a ser instalada conforme item **01.06.002.001** acima.

01.06.003 COBERTURA

01.06.003.001 Demolir alvenaria sobre a cobertura, para execução de dois vãos de 0,80 x 60, para permitir passagem de pessoas da manutenção.

01.06.003.002 Fornecer e instalar verga pré-moldada de concreto armado sobre os vãos a serem executados conforme descrito no item **01.06.003.001** acima.

01.06.003.003 Executar chapisco e reboco para regularizar o contorno desses novos vãos citados no item **01.06.003.001** acima.

01.06.003.004 Substituir 10 m de rufo de concreto armado que está quebrado, por novos rufos do mesmo material e mesmas dimensões.

01.06.003.005 Remover todas as mantas de impermeabilização existentes nos rufos das coberturas.

01.06.003.006 Fornecer e instalar manta asfáltica aluminizada, com 3 mm de espessura sobre os rufos da cobertura, com o uso de primer, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária. Não será aceita a manta autoadesiva.

01.06.003.007 Substituir 15 telhas onduladas da cobertura, que se encontram danificadas, por outras novas, de fibrocimento, ondulada, com 6 mm de espessura, nas dimensões de 1,83 x 1,10 m.

01.06.004 PINTURA

01.06.004.001 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente e externamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore e pedra miracema, além das calçadas internas, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido. Refazer o rejuntamento do revestimento em mármore nos locais onde haja remoção após a execução da lavagem com jato de alta pressão.

01.06.004.002 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Porto da Folha deverá ser pintado. Internamente nas paredes e na laje, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das

fissuras com posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

01.06.004.003 Remover os trechos danificados da textura acrílica existente e, em seu lugar, aplicar regularização/nivelamento com argamassa e nova textura acrílica, que receberá a pintura na cor verde.

01.06.004.004 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidade, deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

01.06.004.004 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

01.06.004.005 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinho, os corrimãos e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (**não poderá ser manual**), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão.

01.06.004.006 Todas as letras metálicas de identificação do Fórum Eleitoral, deverão ser pintadas com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta.

01.06.004.007 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

01.06.004.008 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

01.06.004.009 Todos os muros que delimitam o Fórum deverão ser pintados com tinta pva latex, na cor branca, internamente e externamente, com duas demãos, utilizando tinta pva latex para exteriores.

01.06.005 DIVERSOS

01.06.005.001 Executar junta no reboco do topo da parede que é revestida com mármore branco e em seguida, aplicar mastique de poliuretano nessa junta.

01.06.005.002 Executar nova plotagem no Totem de identificação da Zona Eleitoral, seguindo o mesmo padrão existente.

01.06.005.003 Fazer a revisão dos portões de ferro de entrada do Fórum, tanto o de pedestres, quanto o de veículos, substituindo as dobradiças, alinhar e nivelar as peças, de maneira que passem a funcionar normalmente.

01.06.005.004 Fornecer e instalar novo vaso sanitário, com caixa de descarga acoplada, ecoflush, da Incepa ou similar, com assento plástico também da Incepa ou similar, completo, com conjunto de fixação, anel de vedação e engate plástico novos.

01.06.005.005 Substituir os três chuveiros elétricos existentes nos banheiros do Fórum, por outros novos da Lorenzetti ou similar.

01.06.005.006 Redirecionar o extravasor da caixa d'água, que atualmente está voltada para a calha do telhado, deixando-o despejando na calçada.

01.06.005.007 Executar novo trecho de escada de marinho de ferro na platibanda, pelo seu lado interno, para possibilitar a descida até o ruf de concreto, seguindo o mesmo padrão da escada externa existente.

01.06.005.008 Executar rasgo na laje da marquise, de maneira criar uma pingadeira, impedindo a penetração de água da chuva.

01.06.005.009 Fornecer e instalar novas roldanas nas extremidades dos mastros, para possibilitar o hasteamento das bandeiras. Essas roldanas serão de ferro e para fixá-las, deverá ser utilizada a máquina de solda.

01.06.005.010 Recuperar o revestimento em pedra miracema, fornecendo e instalando pedras novas em substituição às danificadas nas calçadas e muretas.

01.06.005.011 Executar calçada em concreto simples despolado, com 10 cm de espessura e 7 cm de largura e juntas de madeira, no fundo do prédio, até o encontro com os trechos de alvenaria das fachadas da laterais.

01.06.005.012 Fornecer e aplicar selante a base de poliuretano externamente em todas as janelas do Fórum.

01.06.005.013 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.

01.07 SÃO CRISTÓVÃO

01.07.001 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES

01.07.001.001 Para acompanhamento e condução da(o)s operária(o)s, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter uma(um) encarregada(o)/responsável pela execução dos serviços contratados.

01.07.001.002 Demolir vão de alvenaria de bloco cerâmico no local de interligação das salas, conforme indicação no projeto fornecido.

01.07.001.003 Executar furos nas lajes existentes para possibilitar as descidas das tubulações de instalações elétricas, para atender ao lay out fornecido para o Fórum Eleitoral.

01.07.002 ALVENARIA

01.07.002.001 Fechar os vãos das caixas de ar condicionado tipo janela, que existem e não serão mais utilizados, utilizando alvenaria de bloco cerâmico.

01.07.002.002 Chapiscar internamente e externamente essas novas alvenarias, utilizando argamassa de cimento e areia, no traço 1:3.

01.07.002.003 Rebocar internamente e externamente essas novas alvenarias, utilizando argamassa de cimento, areia e cal.

01.07.003 ESQUADRIA

01.07.003.001 Fornecer e instalar verga pré-moldada de concreto armado sobre o novo vão de porta executado, conforme indicado no item **01.07.01.002** acima.

01.07.003.002 Fornecer e instalar porta de madeira de lei, de correr, lisa, semi-ôca, **0,90 x 2,10** m, inclusive, batentes, ferragens, trilhos, fechaduras e puxadores, no fechamento do novo vão executado.

01.07.003.003 Fornecer e instalar soleira de granito cinza andorinha, no vão executado para instalação da porta de correr.

01.07.003.004 Fornecer e instalar película insulfilme G50 nas janelas das salas do atendimento, da Chefia e na da Juíza (Juiz) (nova sala).

01.07.004 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

01.07.004.001 Executar nova rede de infraestrutura de instalações elétricas para atender ao lay out fornecido para o Fórum Eleitoral, fazendo os rasgos nas paredes e depois da colocação tubulação, preencher devidamente com reboco.

01.07.004.002 Fornecer e instalar eletrodutos de pvc rígido roscável com 1" e 2" de diâmetro, conforme indicado na planilha orçamentária.

01.07.004.003 Fornecer e instalar curvas e luvas de pvc rígido roscável com 1" e 2" de diâmetro, conforme indicado na planilha orçamentária.

01.07.004.004 Fornecer e instalar quadro de distribuição de embutir de resina termoplástica, com barramento para 16 disjuntores no padrão DIN, para atender às tomadas das 3 (três) salas de uso do TRE.

01.07.004.005 Executar 14 (catorze) pontos de tomada embutidos, para atender o lay out fornecido, a partir da alimentação elétrica existente, utilizando eletrodutos de pvc flexível com 3/4" de diâmetro, com as conexões necessárias, como luvas, abraçadeiras, parafusos, etc.

01.07.004.006 Executar 3 (três) interruptores para atender às 3 salas ocupadas pelo TRE.

01.07.004.007 Todo o cabeamento necessário para atender aos pontos do novo lay out deverá ser flexível, isolado, com 2,5 mm² e deverá ser fornecido e instalado pela(o) CONTRATADA(O).

01.07.004.008 O cabeamento para alimentação do novo quadro também será fornecido e instalado pela(o) CONTRATADA(O) e será flexível, isolado e de 6,0 mm².

01.07.004.009 Fornecer e instalar disjuntores monopolares de 16A e os tripolares de 40A, todos no padrão DIN (linha branca), nas quantidades indicadas na planilha orçamentária.

01.07.005 INSTALAÇÕES DE CABEAMENTO ESTRUTURADO

01.07.005.001 Executar nova rede de infraestrutura de instalações de cabeamento estruturado para atender ao lay out fornecido para o Fórum Eleitoral, fazendo os rasgos nas paredes e depois da colocação tubulação, preencher devidamente com reboco.

01.07.005.002 Fornecer e instalar eletrodutos de pvc rígido roscável com 3/4", 1" e 2" de diâmetro, inclusive caixas de passagem em alvenaria de bloco cerâmico, chapiscadas e rebocadas, com tampa, para manutenção, com dimensões de 40x40x60 cm, conforme indicado na planilha orçamentária.

01.07.005.003 Fornecer e instalar curvas e luvas de pvc rígido roscável com 3/4", 1" e 2" de diâmetro, além das caixas de passagem, conforme indicado na planilha orçamentária.

01.07.005.004 Fornecer e instalar cabo eletrônico, categoria 5e, para atender ao lay out apresentado, na quantidade especificada na planilha orçamentária.

01.07.005.005 Fornecer e instalar 20 (vinte) patch cables, categoria 5e, com conectores Rj 45 macho, com 1,50 m de comprimento.

01.07.005.006 Fornecer e instalar 10 (dez) tomadas duplas para lógica, para atender ao lay out proposto.

01.07.005.007 Fornecer e instalar 3 caixas de passagem em pvc tipo aquatic, 100 x 100 x 50mm.

01.07.006 PINTURA

01.07.006.001 Aplicar emassamento com massa corrida nas fissuras existentes nas sala ocupadas pelo TRE, inclusive o arquivo, bem como internamente, nos vãos das máquinas de ar condicionado que serão fechados e ainda no novo vão aberto para a colocação de porta de correr.

01.07.006.002 Aplicar emassamento com massa acrílica externamente sobre o reboco novo do lado externo dos vãos de ar condicionado que serão fechados.

01.07.006.003 Pintar as paredes e o teto das salas ocupadas pelo TRE, considerando o arquivo, bem como as paredes da circulação afetadas pelas adaptações das instalações elétricas e de cabeamento estruturado.

01.07.006.004 Executar a pintura de acabamento dessa porta descrita no item **01.07.03.002** acima, com fundo nivelador, emassamento à óleo e aplicação de esmalte sintético fosco, na mesma cor das portas existentes naquela Zona Eleitoral.

01.07.007 DIVERSOS

01.07.007.001 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.

01.08 CAMPO DO BRITO

01.08.001 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES

01.08.001.001 Para acompanhamento e condução da(o)s operária(o)s, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter uma(um) encarregada(o)/responsável pela execução dos serviços contratados.

01.08.001.002 A(o) CONTRATADA(O) deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade. As instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim.

01.08.002 ALVENARIA

01.08.002.001 Demolir o reboco das bases das alvenarias, na altura de 60 cm, internamente, na sala de audiência e no arquivo, e externamente, na parede do fundo do prédio. Nesses trechos, os blocos cerâmicos deverão ficar expostos.

01.08.002.002 Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco nos locais indicados no item **01.08.002.001** acima.

01.08.002.003 Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante com hidrofugante, tipo Vedacit, Rebotec ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item **01.08.002.002** acima.

01.08.002.004 Executar a correção das fissuras existentes nos cantos das janelas do prédio, com aplicação de tela metálica, em ambos os lados das paredes.

01.08.002.005 Executar chapisco e reboco sobre a tela de aço da recuperação dos cantos de janela.

01.08.003 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

01.08.003.001 Substituir o conjunto ARSTOP do ar condicionado do quarto.

01.08.003.002 Substituir o disjuntor bipolar tipo din, com corrente nominal de 32A, existente no quadro de distribuição da circulação dos banheiros.

01.08.003.003 Fornecer e instalar 2 (dois) postes em alumínio preto para jardim com globo duplo, h = 2,00 m, incluindo lâmpadas de LED.

01.08.004 ÁGUAS PLUVIAIS

01.08.004.001 Demolir a alvenaria que reveste os tubos de descida de águas pluviais da cobertura.

01.08.004.002 Substituir os tubos e curvas de drenagem de águas pluviais da cobertura, utilizando tubos e curvas novas com 100 mm de diâmetro.

01.08.004.003 Executar nova alvenaria cobrindo a nova tubulação instalada, incluindo chapisco e reboco.

01.08.004.004 Remover todas as mantas de impermeabilização existentes nos rufos das coberturas, exceto o telhado menor do fundo.

01.08.004.005 Fornecer e instalar manta asfáltica aluminizada, com 3 mm de espessura sobre os rufos da cobertura, com o uso de primer, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária. Não será aceita a manta autoadesiva.

01.08.005 PINTURA

01.08.005.001 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros, internamente e externamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore e pedra miracema, além das calçadas internas, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido. Refazer o rejuntamento do revestimento em mármore nos locais onde haja remoção após a execução da lavagem com jato de alta pressão.

01.08.005.002 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Campo do Brito deverá ser pintado. Internamente, nas paredes e na laje, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve no tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

01.08.005.003 Remover os trechos danificados da textura acrílica existente e em seu lugar, aplicar regularização/nivelamento com argamassa e nova textura acrílica, que receberá a pintura na cor verde.

01.08.005.004 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidade deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e, posteriormente, receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

01.08.005.005 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

01.08.005.006 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinho, os corrimãos e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (**não poderá ser manual**), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão.

01.08.005.007 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

01.08.005.008 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

01.08.005.009 Todos os muros que delimitam o Fórum deverão ser pintados com tinta pva latex, na cor branca, internamente e externamente, com duas demãos, utilizando tinta pva latex para exteriores.

01.08.006 DIVERSOS

01.08.006.001 Executar rasgo na laje da marquise, de maneira criar uma pingadeira, impedindo a penetração de água da chuva.

01.08.006.002 Executar junta no reboco do topo da parede que é revestida com mármore branco e, em seguida, aplicar mastique de poliuretano nessa junta.

01.08.006.003 Executar nova plotagem no Totem de identificação da Zona Eleitoral, seguindo o mesmo padrão existente.

01.08.006.004 Recuperar a pavimentação em paralelepípedos granítico existente na garagem, que está cedendo em alguns pontos.

01.08.006.005 Recuperar o revestimento em pedra miracema, fornecendo e instalando pedras novas em substituição às danificadas nas calçadas e muretas

01.08.006.006 Fornecer e aplicar selante a base de poliuretano externamente em todas as janelas do Fórum.

01.08.006.007 Executar novo trecho de escada de marinho de ferro na platibanda, pelo seu lado interno, para possibilitar a descida até o ruf de concreto, seguindo o mesmo padrão da escada externa existente.

01.08.006.008 Substituir duas telhas onduladas da cobertura, que se encontram danificadas, por outras novas, de fibrocimento, ondulada, com 6 mm de espessura, nas dimensões de 2,44 x 1,10 m.

01.08.006.009 Fornecer e instalar perfil de alumínio com borracha para vedação da parte inferior da porta de acesso secundário, próximo à copa.

01.08.006.010 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.

01.09 CANINDE DE SÃO FRANCISCO**01.09.001 ADMINISTRAÇÃO**

01.09.001.001 Para acompanhamento e condução da(o)s operária(o)s, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter uma(um) encarregada(o)/responsável pela execução dos serviços contratados.

01.09.002 ESTACIONAMENTO

01.09.002.001 Complementar a cobertura do estacionamento interno para mais uma vaga de garagem, utilizando pilares e vigas pré-moldadas, peças de madeira e telha de fibrocimento com 5 mm de espessura, seguindo o mesmo padrão da cobertura existente, fazendo a remoção e reinstalação dos paralelepípedos para possibilitar a instalação dos pilares. Seguir a localização indicada no projeto fornecido.

01.09.002.002 Remover trecho da pavimentação de paralelepípedos demarcada em projeto, fornecer novo aterro, que deverá ser compactado, e, em seguida, reassentar a pavimentação em paralelepípedos no mesmo local, atentando para manter o mesmo caimento existente.

01.09.003 FACHADA - INFILTRAÇÃO

01.09.003.001 Remover o trecho do reboco da fachada esquerda de quem entra no prédio, para encontrar os vazamentos existentes, cumprindo alertar que essa remoção de reboco deverá ser realizada com cuidado para não danificar a cerâmica existente pelo lado interno daquela parede.

01.09.003.002 Substituir a tubulação, acessórios ou registros que estão danificados e causando os vazamentos.

01.09.003.003 Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante com hidrofugante, tipo Vedacit, Rebotec ou similar sobre a área afetada na reparação da infiltração.

01.09.003.004 Aplicar uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium, seguindo o padrão de cor da tinta existente.

01.09.003.005 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.

01.10 CARIRA

01.10.001 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES

01.10.001.001 Para acompanhamento e condução da(o)s operária(o)s, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter uma(um) encarregada(o)/responsável pela execução dos serviços contratados.

01.10.001.002 A(o) CONTRATADA(O) deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade. As instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim.

01.10.002 ÁGUAS PLUVIAIS

01.10.002.001 Demolir a alvenaria que reveste os tubos de descida de águas pluviais da cobertura.

01.10.002.002 Substituir os tubos e curvas de drenagem de águas pluviais da cobertura, utilizando tubos e curvas novas com 100 mm de diâmetro.

01.10.002.003 Executar nova alvenaria cobrindo a nova tubulação instalada, incluindo chapisco e reboco.

01.10.003 ALVENARIA

01.10.003.01 Demolir o reboco das bases das alvenarias, na altura de 40 cm, na sala de audiência, na sala de serviços internos e no atendimento, além de toda a parede do fundo do prédio, na altura de 60 cm, seguindo a indicação da fiscalização e a área indicada na planilha orçamentária. Nesses trechos, os blocos cerâmicos deverão ficar expostos.

01.10.003.02 Aplicar argamassa polimérica sobre a alvenaria, após a remoção do reboco nos locais indicados no item **01.10.003.01** acima.

01.10.003.03 Aplicar novo reboco com aditivo impermeabilizante com hidrofugante, tipo Vedacit, Rebotec ou similar sobre a argamassa polimérica aplicada conforme item **01.10.003.02** acima.

01.10.004 COBERTURA

01.10.004.001 Demolir alvenaria sobre a cobertura, para execução de três vãos de 0,80 x 60, para permitir passagem de pessoas da manutenção.

01.10.004.002 Fornecer e instalar verga pré-moldada de concreto armado sobre os vãos a serem executados conforme descrito no item **01.10.004.001** acima.

01.10.004.003 Executar chapisco e reboco para regularizar o contorno desse novo vão citado no item **01.10.004.001** acima.

01.10.004.004 Redirecionar o extravasor da caixa d'água, que atualmente está voltada para a calha do telhado, deixando-o despejando na calçada.

01.10.004.005 Remover todas as mantas de impermeabilização existentes nos rufos das coberturas.

01.10.004.006 Fornecer e instalar manta asfáltica aluminizada, com 3 mm de espessura sobre os rufos da cobertura, com o uso de primer, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária. Não será aceita a manta autoadesiva.

01.10.004.007 Substituir 5 telhas onduladas da cobertura, que se encontram danificadas, por outras novas, de fibrocimento, ondulada, com 6 mm de espessura, nas dimensões de 2,44 x 1,10 m.

01.10.005 FACHADA - VIDRO TEMPERADO

01.10.005.001 Executar tapume em chapa compensada, com espessura de 10 mm, na altura de piso a teto, pelo lado interno do atendimento, de maneira a garantir o fechamento do Fórum, quando da retirada dos vidros da fachada.

01.10.005.002 Remover todos os vidros temperados da fachada, inclusive as portas, juntamente com as molas hidráulicas de piso e os tubos de sustentação. Os tubos serão reaproveitados, enquanto que os vidros e suas ferragens não serão mais utilizados, sendo de responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) providenciar a sua remoção do imóvel e dar a destinação devida.

01.10.005.003 Reinstalar os tubos, apoiando-os sobre a soleira e encaixando no fundo da viga superior.

01.10.005.004 Fornecer e instalar nova fachada de vidro temperado, fumê, com 10 mm de espessura, incluindo todas as ferragens cromadas de para a sua fixação novas, duas novas molas hidráulicas de piso e dois conjuntos de puxador tubular reto duplo, em alumínio cromado, com comprimento de 40 cm e diâmetro de 1".

01.10.006 VARANDA

01.10.006.001 Remover todo o forro de gesso da varanda em frente à fachada de vidro temperado.

01.10.006.002 Fornecer e instalar novo forro de gesso em placas de 60 x 60 cm, em substituição ao forro removido, conforme citado no item **01.10.006.001** acima. A estrutura de fixação e sustentação do forro será nova.

01.10.006.003 Executar rejuntamento da cerâmica do piso da varanda, com uso de rejunte cimentício flexível na cor do revestimento.

01.10.007 PINTURA

01.10.007.001 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente e externamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore e pedra miracema, além das calçadas internas, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido. Refazer o rejuntamento do revestimento em mármore nos locais onde haja remoção após a execução da lavagem com jato de alta pressão.

01.10.007.002 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Carira deverá ser pintado. Internamente, nas paredes e na laje, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com

posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

01.10.007.003 Remover toda a textura acrílica existente e em seu lugar, aplicar nova textura acrílica, que receberá a pintura na cor verde.

01.10.007.004 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidade, deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

01.10.007.005 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

01.10.007.006 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinho, os corrimãos e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (não poderá ser manual), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão.

01.10.007.007 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

01.10.007.008 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

01.10.007.009 Todos os muros que delimitam o Fórum deverão ser pintados com tinta pva latex, na cor branca, internamente e externamente, com duas demãos, utilizando tinta pva latex para exteriores.

01.10.008 DIVERSOS

01.10.008.001 Recuperar o revestimento em pedra miracema, fornecendo e instalando pedras novas em substituição às danificadas nas calçadas e muretas.

01.10.008.002 Executar novo trecho de escada de marinho de ferro na platibanda, pelo seu lado interno, para possibilitar a descida até o rufo de concreto, seguindo o mesmo padrão da escada externa existente.

01.10.008.003 Executar nova plotagem no Totem de identificação da Zona Eleitoral, seguindo o mesmo padrão existente.

01.10.008.004 Executar junta no reboco do topo da parede que é revestida com mármore branco e em seguida, aplicar mastique de poliuretano nessa junta.

01.10.008.005 Executar rasgo na laje da marquise, de maneira criar uma pingadeira, impedindo a penetração de água da chuva.

01.10.008.006 Fornecer e aplicar selante a base de poliuretano externamente em todas as janelas do Fórum.

01.10.008.007 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.

01.11 CRISTINÁPOLIS

01.11.001 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES

01.11.001.001 Para acompanhamento e condução da(o)s operária(o)s, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter uma(um) encarregada(o)/responsável pela execução dos serviços contratados.

01.11.001.002 A(o) CONTRATADA(O) deverá executar um barracão dentro dos limites do terreno do Fórum para depositar os materiais e equipamentos de sua propriedade. As instalações do Fórum não poderão ser utilizadas para esse fim.

01.11.002 ALVENARIA

01.11.002.001 Demolir o reboco nos cantos das janelas do Fórum, na fissura do corredor e na fachada, onde a peça de madeira está destacando o reboco, além da fissura horizontal no muro do fundo do prédio.

01.11.002.002 Executar a correção das fissuras nos locais indicados no item **01.11.002.001** acima, com aplicação de tela metálica, em ambos os lados das paredes.

01.11.002.003 Executar chapisco e reboco sobre a tela de aço, nos locais da recuperação.

01.11.003 IMPERMEABILIZAÇÃO

01.11.003.001 Demolir a proteção mecânica e remover a manta asfáltica existente sobre a marquise existente na entrada do Fórum Eleitoral.

01.11.003.002 Executar nova impermeabilização com uso de manta asfáltica de 4 mm de espessura, estruturada com não tecido de poliéster, sobre a marquise da fachada.

01.11.003.003 Executar nova proteção mecânica, com argamassa de cimento e areia, sobre a nova impermeabilização executada.

01.11.004 PAVIMENTAÇÃO

01.11.004.001 Remover trecho da pavimentação de paralelepípedos que se encontra danificada na rampa de acesso de veículos da(o)s servidora(e)s, fornecer novo aterro, que deverá ser compactado e, em seguida, reassentar a pavimentação em paralelepípedos no mesmo local.

01.11.005 PINTURA

01.11.005.001 Executar a lavagem das paredes externas do Fórum e dos muros internamente e externamente, tanto as pintadas, quanto as que possuem revestimento em mármore e pedra miracema, além das rampas, escadas e calçadas internas, utilizando máquina lavadora de alta pressão. Nessa lavagem deve-se utilizar água com cloro líquido. Refazer o rejuntamento do revestimento em mármore nos locais onde haja remoção após a execução da lavagem com jato de alta pressão.

01.11.005.002 Todo o prédio do Fórum Eleitoral de Cristinópolis deverá ser pintado. Internamente, nas paredes e na laje, deverá ser feita a recuperação das fissuras e posterior aplicação de uma demão de massa corrida; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta pva látex Premium para interiores, branco neve nos tetos e branco gelo nas paredes; externamente, deverá ser feita a recuperação das fissuras com posterior aplicação de uma demão de massa acrílica; em seguida, será feito o lixamento e aplicadas duas demãos de tinta acrílica branco fosco Premium no corpo principal do prédio e tinta acrílica fosca verde nas partes que já possuem essa cor.

01.11.005.003 Remover os trechos danificados da textura acrílica existente e em seu lugar, aplicar regularização/nivelamento com argamassa e nova textura acrílica, que receberá a pintura na cor verde.

01.11.005.004 As paredes e tetos que apresentam manchas provenientes de umidade, deverão ser raspadas para retirada da massa corrida e posteriormente receberão aplicação de esmalte sintético, antes da aplicação da nova pintura, inclusive com emassamento.

01.11.005.005 Todas as portas de madeira, suas aduelas e alisares deverão ser lixados e, posteriormente, pintados com esmalte sintético acetinado Premium na mesma cor atual.

01.11.005.006 Os gradis de ferro que fecham o terreno, as grades das janelas, a grade da porta de serviço, a escada de marinho, os corrimãos e os mastros deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado Premium, duas demãos, na cor preta. Previamente à pintura dessas partes metálicas, deverá ser realizada a remoção dos pontos de ferrugem, através de lixamento mecânico (**não poderá ser manual**), com a utilização de lixadeira elétrica, com lixa de carbureto silício e posterior aplicação de uma demão de tinta anticorrosiva zarcão.

01.11.005.007 As cores existentes atualmente no imóvel deverão ser mantidas.

01.11.005.008 As tintas a serem aplicadas deverão ser tipo Premium, aprovadas previamente pela fiscalização e atender à NBR 11702, não deverão ter cheiro, a viscosidade deverá ter 90 a 110 UK, baixa toxicidade, VOC máximo de 20 g/l e ponto de fulgor > 100°C.

01.11.005.009 Todos os muros que delimitam o Fórum deverão ser pintados com tinta pva latex, na cor branca, internamente e externamente, com duas demãos, utilizando tinta pva latex para exteriores.

01.11.006 DIVERSOS

01.11.006.001 Substituir as tampas de ferro fundido do sistema de SPDA, que existem nas calçadas em volta do prédio.

01.11.006.002 Substituir as presilhas de fixação de todo cabo de cobre do sistema de SPDA, que se encontra fixado nos topos das paredes do prédio, pois estão danificadas.

01.11.006.003 Substituir os suportes das unidades condensadores das máquinas de ar condicionado que atendem ao Fórum por peças novas de ferro galvanizado, pintados com tinta esmalte.

01.11.006.004 Executar novo chumbamento da escada de marinho existente, na sua parte superior, que está danificado.

01.11.006.005 Fazer a revisão do funcionamento de todas as portas de madeira do Fórum, uma vez que elas apresentam falhas, fechando com dificuldade, encostando nas aduelas e necessitam de intervenção de marceneiro(o).

01.11.006.006 Substituir as portas internas dos sanitários de público por portas novas de alumínio anodizado preto, tipo veneziana, com guarnições de alumínio fixadas no granito, com fechos e puxadores.

01.11.006.007 Substituir todas as luminárias do muro por outras novas, de alumínio, tipo tartaruga, de sobrepor, com lâmpadas de LED, de 6W.

01.11.006.008 Fornecer e aplicar selante a base de poliuretano externamente em todas as janelas do Fórum.

01.11.006.009 Fornecer e instalar nova fita adesiva auto colante no vidro da fachada, com espessura de 7 cm, na cor vermelha.

01.11.006.010 Fornecer e instalar piso tátil de borracha, direcional/alerta, na cor cinza e amarelo, com dimensões de 25 x 25 cm, na varanda, seguindo a disposição atual.

01.11.006.011 Executar nova plotagem no Totem de identificação da Zona Eleitoral, seguindo o mesmo padrão existente.

01.11.006.012 Recuperar o revestimento em pedra miracema, fornecendo e instalando pedras novas em substituição às danificadas nas calçadas e muretas.

01.11.006.013 É obrigação da(o) CONTRATADA(O) remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.

01.12 ITAPORANGA D'AJUDA

01.12.001 IMPERMEABILIZAÇÃO DAS CALHAS

01.12.001.001 Para acompanhamento e condução da(o)s operária(o)s, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter uma(um) encarregada(o)/responsável pela execução dos serviços contratados.

01.12.001.002 Retirar e posteriormente reassentar as telhas onduladas de fibrocimento para possibilitar a execução da impermeabilização com manta asfáltica, de acordo com o quantitativo da planilha orçamentária.

01.12.001.003 Remover toda a manta asfáltica aluminizada da calha do telhado maior da cobertura, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária.

01.12.001.004 Fornecer e instalar manta asfáltica aluminizada, com 3 mm de espessura na calha do telhado maior da cobertura, nos ralos de descida, com uso de primer, seguindo o quantitativo da planilha orçamentária. Não será aceita a manta autoadesiva.

01.12.001.005 Substituir trecho do forro de gesso que se encontra danificado na sala de serviços internos e em seguida, recuperar a pintura do forro, garantindo a uniformidade de acabamento, na mesma cor atualmente existente.

01.12.001.006 É obrigação da contratada remover todo e qualquer entulho gerado durante a execução dos serviços.

01.13 UMBAÚBA

01.13.001 TELHADO

01.13.001.001 Para acompanhamento e condução da(o)s operária(o)s, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter uma(um) encarregada(o)/responsável pela execução dos serviços contratados.

01.13.001.002 Retirar e posteriormente reassentar as telhas onduladas de fibrocimento para possibilitar a instalação de uma linha de peça de madeira sob o telhado.

01.13.001.003 Fornecer e instalar uma linha de peça de madeira maçaranduba / madeira de lei, serrada, com dimensões de 5 x 14 cm, apoiada em peças de madeira com 50 cm de altura, no telhado maior, no alinhamento definido pela fiscalização.

ANEXO III

PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

(Planilha de Venda sem desoneração, nos termos da Informação 4565/2023- SEENG, doc. 1405685).

[Processo Administrativo SEI 0009214-66.2023.6.25.8000, docs. 1405452 (pdf), 1405455 (excel) e 1405456 (orse)].

ANEXO IV

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

(Processo Administrativo SEI 0009214-66.2023.6.25.8000, doc. 1405457).

ANEXO V

PLANILHA DE DETALHAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS

(Processo Administrativo SEI 0009214-66.2023.6.25.8000, doc. 1405459).

ANEXO VI

PLANILHAS DE DETALHAMENTO DOS BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI

(Processo Administrativo SEI 0009214-66.2023.6.25.8000, doc. 1405458).

ANEXO VII

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

(Processo Administrativo SEI 0009214-66.2023.6.25.8000, doc. 1405682).

ETAPAS DESEMBOLSO DE ATÉ	PERCENTUAL POR ETAPA	VALOR POR ETAPA (R\$)
1º mês	13,86%	108.781,78
2º mês	29,87%	234.537,75
3º mês	32,07%	251.798,91
4º mês	24,20%	189.948,30

ANEXO VIII

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS DO EMPREENDIMENTO

(Processo Administrativo SEI 0009214-66.2023.6.25.8000, doc. 1405460).

ANEXO IX

PROJETOS

(Processo Administrativo SEI 0009214-66.2023.6.25.8000)

(Anexo IX-a: São Cristóvão, doc. 1392999; Anexo IX-b: Canindé de São Francisco, doc. 1405444; Anexo IX-c: Estância, doc. 1393163; Anexo IX-d: Laranjeiras, doc. 1392887).

ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO nº ____/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA _____, ESPECIALIZADA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NA SEDE DO TRE/SE, EM ARACAJU/SE, E EM ZONAS ELEITORAIS DO INTERIOR DO ESTADO.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representado pela Exma. Senhora Presidente, **Desa. Elvira Maria de Almeida Silva**.

CONTRATADA(O): _____, inscrita(o) no CNPJ (MF) sob nº _____, estabelecida(o) na (endereço completo, com CEP), representada(o) por sua(eu) (cargo), Senhora/Senhor (**NOME COMPLETO**), portadora/portador da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições das Leis nº 14.133/2021 e 13.709/2018, dos Decretos nº 92.100/1985 e 11.246/2022, da Resolução TRE/SE 120/2015 e da Resolução CNJ 114/2010, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 16/2023**, processos SEI 0009214-66.2023.6.25.8000 e 0014680-41.2023.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NA SEDE DO TRE/SE, EM ARACAJU/SE, E EM ZONAS ELEITORAIS DO INTERIOR DO ESTADO**, conforme especificações definidas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 16/2023**, em seu(s) Anexo(s) e na proposta da(o) **CONTRATADA(O)**, os quais - independentemente de transcrição - vinculam este Instrumento Contratual.

1.2 Detalhamento:

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE/LOCAL DE EXECUÇÃO	VALOR TOTAL CONTRATADO
<p>Execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação em regime de empreitada por preço global.</p> <p>Código SIASG: 1627.</p> <p>* O detalhamento da prestação de serviço consta do Anexo ESPECIFICAÇÕES SEENG.</p> <p>** Os serviços de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE/SE e nos Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Sergipe deverão ser executados concomitantemente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Sede do TRE/SE. Fórum Eleitoral dos municípios sergipanos de Estância, Gararu, Laranjeiras, Nossa Senhora das Dores, Porto da Folha, São Cristóvão, Campo do Brito, Canindé de São Francisco, Carira, Cristinápolis, Itaporanga D'Ajuda e Umbaúba. 	R\$

1.2.1 Tabela descritiva das localidades para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação:

LOCALIDADE - MUNICÍPIO	UNIDADE ELEITORAL/ENDEREÇO	VALOR CONTRATADO
01 - ARACAJU/SE	Sede TRE/SE - CENAF - Centro Administrativo Governador Augusto Franco - Lote 7 - Variante 2 - Bairro Capucho	R\$
02 - ESTÂNCIA/SE	Fórum Min. Luiz Carlos Fontes de Alencar - Avenida Santa Cruz, s/n, Santa Cruz	R\$
03 - GARARU/SE	Fórum Promotor José Medeiros - Av. Marechal Floriano, 26, Centro	R\$
04 - LARANJEIRAS/SE	Fórum Levindo Cruz - Alameda Iêda Rosa, s/n, Bairro Manoel do Prado Franco	R\$
05 - NOSSA SENHORA DAS DORES/SE	Fórum Des. Joel Macieira Aguiar - Praça Des. Aloísio de Abreu Lima, s/n, Centro	R\$
06 - PORTO DA FOLHA/SE	Fórum Juiz Thiers Gonçalves de Santana - Rua Bonifácio Pereira de Souza, s/n, Coroa do Meio	R\$
07 - SÃO CRISTÓVÃO/SE	Fórum Des. Gilson Gois Soares - Rod. João Bebe Água, s/n - Largo Joel Fontes Costa	R\$
08 - CAMPO DO BRITO/SE	Fórum Conselheiro Manoel Cabral Machado - Rua Gabriel de Lima, s/n, Centro	R\$
09 - CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE	Fórum Juiz Manoel Soares Pinto - Rua Antônio Caetano de Sá, s/n, Centro	R\$
10 - CARIRA/SE	Fórum Eleitoral de Carira - Praça Maria Jozita de Aragão, s/n, Matadouro Velho	R\$
11 - CRISTINÁPOLIS/SE	Fórum Cel. Lourival Alves da Costa Filho - Rua João Ferreira Santos Reis, 117, Centro	R\$
12 - ITAPORANGA D'AJUDA/SE	Fórum Des. José Fernandes Prado Vasconcelos - Av. Emídio Maxi Neto, 170, Centro	R\$
13 - UMBÁUBA/SE	Fórum Des. Manuel Pascoal Nabuco D'Ávila - Rua Aniceto Lima, s/n, Centro	R\$
TOTAL		R\$

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO, DA VIGÊNCIA E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de execução da contratação é de **120 (cento e vinte) dias**, contando-se da data estabelecida na correspondente ordem de serviço.

2.2 O prazo de vigência da contratação será de **210 (Duzentos e dez) dias**, a contar da assinatura deste Instrumento.

2.3 O objeto desta contratação **poderá ser prorrogado**, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto (Art. 6º, XVII, da Lei 14.133/2021), cumprindo contemplar no Termo Aditivo a correspondente adequação do cronograma físico-financeiro.

2.3.1 Tratando-se de contratação por escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado neste Instrumento (Art. 111 da Lei 14.133/2021).

2.4 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, o TRE/SE deverá verificar a regularidade fiscal da(o) CONTRATADA(O), consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo (Art. 91, § 4º, da Lei 14.133/2021).

2.5 Quando a não conclusão do serviço decorrer de culpa da(o) CONTRATADA(O):

2.5.1 A(o) CONTRATADA(O) será constituída(o) em mora, podendo ser-lhe aplicadas as respectivas sanções administrativas.

2.5.2 O TRE/SE poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

2.6 Considerando-se a natureza do objeto de prestação do serviço, não será necessária a promoção de transição contratual (transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO E DO MODELO DE GESTÃO

3.1 A execução e a gestão do contrato encontram-se disciplinadas nos itens 5 e 6 do **Termo de Referência** vinculado a este Instrumento, conforme disposto a seguir:

- a) Condições de execução e atendimento às especificações (item 5.1);
- b) Critérios a serem obedecidos (item 5.2);
- c) Duração do contrato (item 5.3);
- d) Especificação da garantia do serviço (item 5.4);
- e) Obrigações do TRE/SE e suas vedações (item 5.5);
- f) Obrigações da(o) CONTRATADA(O) e suas vedações (item 5.6);
- g) Condições gerais da gestão (item 6.1);
- h) Recebimentos provisório e definitivo (item 6.3).

3.2 Ressalta-se que **as comunicações** entre o TRE/SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.2.1 A(o) CONTRATADA(O) deverá informar email e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo Whatsapp para recebimento de comunicações escritas relacionadas a este Instrumento.

3.2.2 As **comunicações de atos processuais** serão realizadas por meio de mensagem eletrônica enviada a e-mail informado pela(o) CONTRATADA(O) e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

4.1 A fiscalização e a gestão da avença serão realizadas por Equipe de Fiscalização da Contratação (EFC) composta por gestora/gestor e fiscal técnica(o).

4.2 A tabela abaixo apresenta os papéis a serem desempenhados pelos principais atores do CONTRATANTE e da(o) CONTRATADA(O) envolvidos na fiscalização e na gestão da contratação:

Id	Função	Responsável	Atribuições
1	Gestora(Gestor) do Contrato	Servidora (servidor) da Coordenadoria de Segurança, Engenharia e Serviços (COSER)	Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente aos setores devidos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, entre outros.
2	Fiscal Técnica(o)	Servidora (servidor) da Seção de Obras e Serviços de Engenharia (SEENG)	Acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os projetos, planilhas, cronogramas e especificações vinculados ao ato convocatório.
3	Preposta(o)	Funcionária(o) da(o) CONTRATADA(O)	a) Acompanhar a execução do contrato; b) Atuar como interlocutora(interlocutor) principal junto ao CONTRATANTE; c) Receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

4.3 Os procedimentos de fiscalização e de acompanhamento da execução do contrato estão previstos no item **6.2** do Termo de Referência vinculado a este Instrumento e devem observar o detalhamento a seguir:

Fiscalização Técnica (Art. 22 do Decreto nº 11.246/2022)

4.3.1 A Fiscalização Técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto, pautando-se para tanto nas diretrizes explicitadas no item

6.2.2 do Termo de Referência vinculado a este Instrumento e efetuando as medições correspondentes às respectivas etapas contratuais (vide item **7.1** do Anexo I ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 16/2023**).

Gestão da Execução do Contrato (Art. 21 do Decreto nº 11.246/2022)

4.3.2 Cabe à Gestão da Execução do Contrato, com base nas anotações da(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE, consolidar as avaliações de desempenho da(o) CONTRATADA(O) frente ao contrato firmado e encaminhar uma via para a(o) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 O valor total do presente contrato importa em R\$ _____ (_____), em conformidade com os valores fixados por localidade, nos moldes da tabela descritiva constante do item **1.2.1** deste instrumento.

5.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1 Concluída a parcela, conforme indicação no cronograma físico-financeiro, a(o) CONTRATADA(O) solicitará autorização para faturar, indicando os itens do cronograma considerados cumpridos, e a Comissão de Fiscalização da Contratação vistoriará os serviços e verificará se na execução da parcela foram atendidas pela(o) CONTRATADA(O) todas as obrigações contratuais, de modo que, em caso de conformidade, inclusive em relação aos percentuais de execução avaliados, a(o) CONTRATADA(O) será autorizada(o) a apresentar os documentos de cobrança (faturas) referentes ao preço da etapa executada.

6.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal/fatura quando o CONTRATANTE atestar a execução do objeto contratado, o que será providenciado pela EFC ou por outra(o) servidora(servidor) designada(o) para esse fim, **em até 2 (dois) dias úteis** contados de sua apresentação ao TRE/SE.

6.3 Será possível, a critério do TRE/SE, o pagamento correspondente a serviços previstos em etapas posteriores, desde que plenamente realizados, que estejam em consonância com as medições efetuadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação e que estejam devidamente atestadas.

6.4 O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a nota fiscal/fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.4.1 O prazo de validade;

6.4.2 A data da emissão;

6.4.3 Os dados do contrato e do CONTRATANTE;

6.4.4 O período respectivo de execução do contrato;

6.4.5 O valor a pagar; e

6.4.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a(o) CONTRATADA(O) providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será iniciado após comprovada a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

6.6 A nota fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.7 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.7.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

6.7.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da(o) CONTRATADA(O), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.8.1 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

6.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da(o) CONTRATADA(O), bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.10 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à(ao) CONTRATADA(O) a ampla defesa.

6.11 Havendo a efetiva execução do serviço, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a(o) CONTRATADA(O) não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.12 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **em até 10 (dez) dias úteis** contados da protocolização da nota fiscal/fatura e da necessária comprovação de regularidade fiscal.

6.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela(o) CONTRATADA(O).

6.14 Caso a(o) CONTRATADA(O) opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante deste Instrumento, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

6.15 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) sediada(o) fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

6.15.1 A(o) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da nota fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

6.15.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.16 O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à(ao) CONTRATADA(O), os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela(o) CONTRATADA(O), nos termos deste Instrumento.

6.17 No caso de atraso de pagamento, desde que a(o) CONTRATADA(O) não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.17.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, em que:

EM = Encargos moratórios devidos.

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

VP = Valor da prestação em atraso.

6.17.2 Salvo a atualização financeira prevista no item 6.17, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

6.18 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

6.19 O TRE/SE efetuará a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a(o) CONTRATADA(O) deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário, hipótese em que o CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal/fatura com o valor exato dimensionado.

6.20 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

6.20.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações) conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

6.20.2 Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, conforme determina a Lei nº 8.212/1991 (e alterações).

6.20.3 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar 116, de 31/07/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO

7.1 A execução contratual prevê 4 (quatro) etapas/meses, com base na(o)s quais foi definido o cronograma de desembolso vinculado a este Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1 Não haverá reajuste uma vez que o prazo de execução dos serviços, a partir da data de apresentação da proposta, é inferior a um ano e que não se trata de serviço continuado.

8.1.1 Excepcionalmente, na hipótese de decorridos **12 (doze) meses** da data da apresentação da proposta, o valor remanescente ainda não executado poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, Coluna 35, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar o reajuste pretendido.

8.1.1.1 Não se aplica o disposto no item 8.1.1 na hipótese de o atraso na execução dos serviços avençados e a consequente prorrogação do prazo do contrato ocorrerem por causa atribuída à(ao) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 As obrigações das partes estão contempladas no Termo de Referência vinculado a este Instrumento (itens 5.5 e 5.6).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 A(o) CONTRATADA(O) protegerá os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

10.1.1 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas na Lei 13.709/2018, para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados à(ao) titular.

10.1.2 O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais, utilizando-os em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

10.1.3 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução contratual, a mesma será realizada mediante prévia aprovação do TRE/SE e seguirá fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo Tribunal, responsabilizando-se a(o) CONTRATADA(O) por obter o consentimento da(o)s titulares, salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução da contratação, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

10.1.3.1 Eventualmente, as partes podem ajustar que o TRE/SE será responsável por obter o consentimento da(o)s titulares, observadas as demais condicionantes do item 10.1.3.

10.1.3.2 O acesso aos dados pessoais coletados somente poderá ser concedido à pessoa previamente autorizada, que tenha estrita necessidade relacionada à contratação e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRE/SE, mediante solicitação.

10.1.4 Os dados pessoais coletados devem tramitar de forma segura entre a(o) emissora/emissor e a(o) receptora/receptor, sendo protegidos, no mínimo, com uso de criptografia e senha.

10.1.4.1 O sistema ou repositório de armazenamento utilizado para guardar os dados coletados deve manter controle e registro de LOG dos acessos visando rastreabilidade, bem como seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação no âmbito do TRE/SE.

10.1.5 A qualquer tempo o TRE/SE poderá solicitar:

10.1.5.1 Apresentação de evidências e garantias suficientes de que a(o) CONTRATADA(O) aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação, os instrumentos contratuais e de compromissos.

10.1.5.2 Comprovação da manutenção dos registros de tratamento de dados pessoais realizados pela(o) CONTRATADA(O), com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica.

10.1.6 Encerrada a vigência da contratação ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a(o) CONTRATADA(O) interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados e, em até 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo TRE/SE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes, seja em formato digital ou físico, salvo quando a(o) CONTRATADA(O) tenha que manter os dados para o cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

10.1.7 A(o) CONTRATADA(O) dará conhecimento formal à(ao)s sua(eu)s empregada(o)s das obrigações e condições ora acordadas, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE/SE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente Cláusula.

10.1.8 O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à(ao) CONTRATADA(O) e preposta(o)s – devida e formalmente instruída(o)s nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da presente contratação e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

10.1.9 A(o) CONTRATADA(O) permitirá a realização de auditorias, incluindo inspeções do TRE/SE ou de Auditoria Independente por ele autorizada, e disponibilizará todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas.

10.1.10 A(o) CONTRATADA(O) cooperará com o TRE/SE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações de Órgãos de controle administrativo.

10.1.11 O(a) "Encarregada(o)" ou "DPO" da(o) CONTRATADA(O) manterá contato formal com a(o) Encarregada(o) do TRE/SE, em até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente de segurança que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

10.1.12 A critério da(o) Encarregada(o) de Dados do TRE/SE, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser provocado(a) a colaborar na elaboração do relatório de impacto (DPIA), conforme a sensibilidade e o risco inerentes ao objeto desta contratação, no tocante a dados pessoais.

10.1.13 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido nesta contratação e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD, sem prejuízo das demais penalidades contratualmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 As hipóteses que configuram infração administrativa e que são, portanto, passíveis de sanção dessa natureza encontram-se definidas no item **6.6** do Termo de Referência vinculado a este Instrumento.

11.2 A aplicação das sanções será realizada em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à(o) CONTRATADA(O), observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3 **Instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas:**

11.3.1 Antes da aplicação da **multa** será facultada a defesa da(o) interessada(o) no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à(o) CONTRATADA(O), além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia eventualmente prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2.1 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4 A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será precedida de análise jurídica e encerra competência exclusiva da(o) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

11.5 A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** requer a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 [duas(ois)] ou mais servidora(s) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) CONTRATADA(O) para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.5.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a(o) CONTRATADA(O) poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

11.5.1.1 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.6 A **prescrição** ocorrerá em **5 (cinco) anos**, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

11.6.1 **Interrompida** pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item **11.5** deste Instrumento.

11.6.2 **Suspensa:**

11.6.2.1 pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

11.6.2.2 por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.8 A personalidade jurídica da(o) CONTRATADA(O) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos à(o)s sua(s) administradora(s) e sócia(o)s com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a(o) CONTRATADA(O), observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.9 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.10 As sanções de **impedimento de licitar e contratar** e **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133/2012.

11.11 Os débitos da(o) CONTRATADA(O) para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

11.12 Da aplicação das sanções de **advertência, multa e impedimento de licitar e contratar** caberá **recurso** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

11.12.1 O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida (vide tabela constante do item 6.6.4 do Termo de Referência), que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contado do recebimento dos autos.

11.13 Da aplicação da sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** caberá apenas **pedido de reconsideração**, que deverá ser apresentado no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da intimação e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contados do seu recebimento.

11.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14.1 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

11.15 A intimação da(o) CONTRATADA(O) se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) por ela informado e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei, nos moldes indicados no item 3.2.2 deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 A(o) CONTRATADA(O) deverá apresentar ao CONTRATANTE, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** contados da data assinatura deste Instrumento, comprovante de prestação de garantia na modalidade _____ [forma definida pela(o) CONTRATADA(O) dentre as opções do Art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021] no valor R\$ _____ (valor por extenso), com vigência entre ____/____/____ e ____/____/____ [210 (duzentos e dez) dias].

12.1.1 Caso haja renovação (prorrogação) da execução dos serviços contratados ou o não recebimento definitivo do objeto contratual, a(o) CONTRATADA(O) se obriga a estender a garantia em igual período.

12.2 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que a(o) CONTRATADA(O) não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.2.1 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.3 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de (conforme IN 5/2017):

12.3.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato.

12.3.2 Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

12.3.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O).

12.3.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela(o) CONTRATADA(O), quando couber.

12.4 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à(ao) CONTRATADA(O) reforçá-la, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

12.5 Em ocorrendo reajustamento de preços, o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção, observando-se o prazo e o limite dos itens 12.4 e 12.8, respectivamente.

12.6 A garantia de execução do objeto desta contratação será liberada em até **10 (dez) dias**:

12.6.1 Ante a comprovação do pagamento das obrigações e de que foram descontadas eventuais multas aplicadas à(ao) CONTRATADA(O), finda a vigência da contratação e após o recebimento definitivo do objeto avençado.

12.6.2 Após a extinção do contrato por culpa exclusiva do Contratante.

12.7 Na hipótese de liberação da garantia, quando em dinheiro, ela será atualizada monetariamente.

12.8 O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para a apresentação da garantia autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O), até o limite de **5% (cinco por cento) do valor do contrato**, a título de garantia.

12.8.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à(ao) CONTRATADA(O).

12.8.2 A(O) CONTRATADA(O), a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

12.8.3 O valor da multa moratória decorrente do atraso da garantia - item **6.6.5 do Termo de Referência** - poderá ser glosado de pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O).

12.9 Na eventual hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a(o) CONTRATADA(O) ficará desobrigada(o) de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o inadimplemento pela Administração.

12.10 O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pela(o) garantidora/garantidor e/ou seguradora/segurador.

12.11 A(o) garantidora/garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à(ao) CONTRATADA(O).

12.12 Será considerada extinta a garantia:

12.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a(o) CONTRATADA(O) cumpriu todas as cláusulas do contrato.

12.12.2 Com o recebimento definitivo do objeto e o término da vigência do contrato, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

12.13 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo-se, conforme o caso, às previsões dos artigos 138 e 139 do referido dispositivo legal.

13.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

13.4.3 Indenizações e multas.

13.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais serão regidas pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

15.2 A(o) CONTRATADA(O) é obrigada(o) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês** (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei 14.133/2021.

15.5 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 8, § 2º, da Lei nº 12.527/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA(O) REPRESENTANTE DA(O) CONTRATADA(O)

17.1 A(o) CONTRATADA(O) indica _____, CI _____, SSP/____, CPF/MF _____, para representá-la(o) na execução do objeto do presente contrato, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2023, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e que constam da Nota de Empenho _____.

18.1.1 Programa de Trabalho: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral.

18.1.2 Natureza da Despesa: Outras Despesas Correntes.

18.1.3 Fonte de Recursos: 1000.

18.1.4 Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

18.1.5 Plano Interno: IEF MANPRE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA VINCULAÇÃO

19.1 Integram este Termo de Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico nº 16/2023**, seus Anexos e a proposta da(o) CONTRATADA(O), acompanhada da documentação que a respalda.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 Elege-se o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletronicamente pela(o)s representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA(O).

(assinado e datado eletronicamente)

ELVIRA MARIA DE ALMEIDA SILVA

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)

[NOME DA(O) REPRESENTANTE]

(Nome da Empresa)





Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE MOURA DE FIGUEIREDO DÉDA**, **Analista Judiciário**, em 25/08/2023, às 12:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **1426034** e o código CRC **E382C97D**.